



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA-CONEC - 2024 A 2026 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA II ETAPA

1 **ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA**
2 **II ETAPA.** Ao 4º (quarto) dia do mês de Dezembro de 2024, às 10h, reuniram-
3 se, de forma presencial e virtual, na sala do Conselho Estadual de Cultura -
4 CONEC, no Centro Cultural Palácio da Justiça, cito a Av. Eduardo Ribeiro, 901 -
5 Centro, Manaus - AM, 69400-901. Conforme mensagem enviada via WhatsApp
6 no dia 3 de Dezembro de 2024. Declarou aberta a 7ª Reunião da Delegação de
7 Apoio a PEC, conduzida pelo Conselho Estadual de Cultura - CONEC. Em
8 virtude dos poderes investidos pela lei nº 5.417 de 17 de março de 2021. Em
9 face da ausência justificada do presidente **CANDIDO JEREMIAS CUMARÚ**
10 **NETO** e do vice-presidente **LUIZ CARLOS BONATES**, assumiu a condução da
11 reunião o assessor jurídico **SÉRGIO RICARDO MOTA CRUZ** iniciou a reunião
12 com uma introdução sobre o tema em discussão, que era o patrimônio imaterial.
13 Ele pediu para que o documento relacionado fosse compartilhado com os
14 presentes e explicou que a Luiza havia sido a responsável por esse
15 compartilhamento. Ele também mencionou que Pedro Mansour do
16 Departamento de Patrimônio Histórico (DPH- SEC), e Mauro Dourado,
17 representante do IPHAN e o delegado, Marcelo Dias. Ele fez uma breve
18 contextualização sobre a reunião, que estava em andamento desde o final do
19 mês anterior, com o objetivo de discutir ações, estratégias, diretrizes, metas e
20 indicadores para serem incluídos no plano estadual de cultura. Este plano seria
21 baseado no material aprovado na Conferência Estadual de Cultura e também
22 alinhado com o Plano Nacional de Cultura. Explicou que o trabalho inicial foi feito
23 com os conselheiros do CONEC, e que, no segundo momento, foram convidados
24 delegados da Conferência Nacional de Cultura do Amazonas para compor uma
25 comissão técnica com o intuito de aprimorar as propostas e incluir mais pontos
26 relevantes para a sociedade, com foco no futuro de 10 anos. Ele também
27 apresentou um decreto importante (nº 29.544, de 14 de Janeiro de 2010), que
28 institui o registro de bens culturais imateriais no estado do Amazonas, e ressaltou
29 que este decreto será incorporado à nova lei de patrimônio histórico e artístico,
30 que ainda está em andamento e deve ser aprovada nos próximos dois anos. Por
31 fim, passou a palavra para a doutora Luiza Guglielmini do DPH -SEC, para que
32 ela pudesse comentar um ponto relevante sobre o tema. **Luiza Guglielmini** é
33 gerente de Patrimônio Cultural Imaterial da Secretaria de Cultura do Amazonas.
34 Ela destacou a importância do decreto nº 29.544, de 2010, que regula o registro
35 de bens culturais imateriais no estado. Ela explicou que, no Brasil, é comum que
36 assembleias legislativas tombem e registrem diferentes elementos como
37 patrimônio, mas é fundamental entender o que constitui o patrimônio imaterial,
38 como saberes, fazeres, modos de viver e celebrações que têm relevância para
39 a sociedade e o imaginário coletivo, pois elas representam pertencimento,



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

40 memória e identidade. Luiza ressaltou que, para que algo seja registrado como
41 patrimônio imaterial, é necessário que faça sentido para o coletivo e seja
42 validado por meio de uma pesquisa, um inventário e um plano de salvaguarda.
43 Ela também lamentou que, nas conferências anteriores, a área de patrimônio
44 tenha ficado prejudicada, com pessoas de outras áreas assumindo papéis de
45 delegados do patrimônio sem realmente conhecer a área, o que refletiu nas
46 propostas discutidas. Ela mencionou ainda um caso específico, onde indígenas
47 do Alto Rio Negro pediram apoio para um festival, mas essa solicitação não foi
48 registrada corretamente nas propostas, evidenciando a desconexão de algumas
49 discussões com o patrimônio imaterial. Finalizou expressando seu desejo de que
50 o decreto de 2010 seja mais conhecido, já que muitas pessoas ainda não têm
51 conhecimento sobre ele, e destacou a importância de divulgar essas
52 informações até que a nova lei de patrimônio seja aprovada. Ela agradeceu pelo
53 convite e se colocou à disposição para contribuir com o trabalho. **Marcelo Dias**
54 iniciou sua intervenção destacando que, como delegado eleito pelo poder
55 público, ele estava ali para contribuir com ideias e sugestões sobre o eixo 3 do
56 Plano Estadual de Cultura, que aborda Patrimônio, Identidade e Memória. Ele
57 elogiou a contribuição de Luiza Guglielmini, especialmente em relação à
58 importância do patrimônio imaterial, e afirmou ter lançado algumas propostas de
59 ações, estratégias e diretrizes para a preservação do patrimônio do Amazonas,
60 reconhecendo a riqueza e a dimensão do estado. Enfatizou a necessidade de
61 um mapeamento robusto do patrimônio, principalmente do patrimônio imaterial,
62 como a transmissão de saberes e práticas culturais. Ele ressaltou que é
63 fundamental não apenas realizar festivais, mas também proteger e preservar as
64 manifestações culturais de forma mais abrangente e estratégica. Uma das suas
65 sugestões foi compilar e revisar legislações relacionadas ao patrimônio, além de
66 discutir critérios adequados para tombamento e registros de patrimônio. Ele
67 também mencionou um incidente relacionado a uma proposta recente, que,
68 segundo ele, não atendeu aos critérios necessários para ser tratada como
69 patrimônio. Marcelo concluiu afirmando que a promoção e recuperação da
70 memória do Amazonas são essenciais e que todos deveriam colaborar para
71 discutir e aprimorar as ideias propostas, destacando a importância do debate e
72 da reflexão coletiva. **Dr. Sérgio Cruz** deu sequência à discussão e fez uma breve
73 exposição sobre as propostas discutidas e aprovadas anteriormente,
74 especificamente no ponto **3.1**. Ele leu: Criar o Festival “Encontro Cultural” que
75 envolva gastronomia, danças, músicas, artesanato, vestimentas, grafismos,
76 teatro, poesias, curta, média e longa-metragem, batalhas de slam e artes visuais
77 e que o Governo destine obrigatoriamente recursos para os Municípios,
78 manterem projetos voltados para essa temática. **Objetivo identificado:** Criação
79 de um Festival estadual de gastronomia, danças, músicas, artesanato,
80 vestimentas, grafismos, teatro, poesias, curta, média e longa-metragem,
81 batalhas de “slam” e artes visuais, fomentando “etapas” nos municípios. Ponto
82 Focal: **Festival estadual com base nos temas específicos. Entes**



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

83 **envolvidos:** SEC, AmazonasTur, SEFAZ. **Pontos de observação:** Foi
84 aprovado o nome específico para o festival, o qual não poderá ser alterado. Por
85 envolver remessa obrigatória de recursos para projetos nessa temática aos
86 municípios, a SEFAZ deverá ser consultada na sua transversalidade. Por
87 envolver um festival estadual, o qual poderá ter um contexto turístico, deverá ser
88 consultada a AmazonasTur na sua transversalidade. **Propostas**
89 **convergentes:** Criar o festival cultural dos povos indígenas do
90 Amazonas; Aporte financeiro específico entre Estado e município para o Eco
91 Festival do Peixe-boi. Incentivo nas práticas de sustentabilidades nos diversos
92 setores e na Feira da gastronomia local. Transformar (Incentivar) Rio Preto da
93 Eva em um polo gastronômico do estado do Amazonas. O município é bastante
94 conhecido por seus maravilhosos cafés regionais, comidas tradicionais da
95 culinária amazônica como tambaqui, farinha, doces de cupuaçu, castanha e etc.
96 além de que fica localizado apenas 80 quilômetros de Manaus, com fácil acesso
97 pela rodovia AM-010. Esse polo da gastronomia com feiras realizadas ao menos
98 uma vez por mês irá movimentar a economia da cidade, gerando trabalho e
99 renda para os comerciantes e trabalhadores do ramo alimentício e outros. Criar
100 a semana estadual da cultura para incentivar aos artistas do Amazonas. Criação
101 de rede de apoio cultural para que a execução dos projetos culturais tenha
102 envolvimento de múltiplos grupos (igrejas, escolas, coletivos, etc.). Realização
103 bienal de encontros culturais por calha de rio (envolvendo todos os municípios
104 das calhas). Promover Eventos Culturais de inclusão Social, incentivando a
105 interação entre as diversas classes da sociedade, reforçando o convívio
106 social. Realização (Inclusão nos) de festivais (existentes e de maior relevância)
107 de cultura digital, que abranjam pesquisas, performances, exposições, que
108 explorem e valorizem a diversidade dos municípios do Amazonas, propiciando a
109 interseção entre linguagens artísticas, a partir dos suportes digitais. Ele detalhou
110 algumas das ações e diretrizes discutidas, como a realização de festivais
111 itinerantes, para que as identidades culturais de diferentes municípios sejam
112 apresentadas no festival estadual. Ele mencionou que o apoio financeiro e
113 logístico seria fornecido para garantir que representantes dos municípios
114 pudessem participar, com transporte e estadia, por exemplo. A ideia seria que
115 os municípios tivessem a opção de participar do festival estadual ou realizar seus
116 próprios festivais, com o apoio do estado para aqueles que não têm eventos
117 consolidado, como o Festival de Parintins. Ele também destacou a importância
118 da revisão e criação de leis e regulamentos para o financiamento de eventos
119 culturais. Além disso, mencionou a flexibilidade de que, embora o "Festival
120 Encontro Cultural" seja um evento central, outros festivais ou formas de fomento
121 à cultura também poderiam ser apoiados. Concluiu a leitura abrindo espaço para
122 contribuições adicionais dos participantes, principalmente se eles tivessem
123 sugestões relacionadas à criação de festivais, estratégias culturais ou
124 indicadores que pudessem enriquecer as propostas discutidas. **Marcelo Dias**
125 sugeriu a realização de uma rodada de discussões, pedindo para que Mauro e



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

126 Pedro se manifestassem, explicando um pouco mais sobre o assunto, de acordo
127 com o IPHAN e SEC e depois fazer um apanhado. **Mauro Dourado** iniciou sua
128 fala cumprimentando a todos, registrou sua presença na reunião, explicando que
129 estava ali em razão da ausência de Beatriz Evanovick, que está no Acre, e foi
130 convocado para contribuir com a reunião em seu lugar. Relatou que estava
131 entrando em contato pela primeira vez com o material em discussão e observou
132 que o item 3.2 se alinhava com diretrizes apontadas nos documentos do estudo
133 de Patrimônio Histórico, além de estar relacionado às ações de salvaguarda do
134 patrimônio imaterial. Mencionou a importância dos centros de referências
135 culturais, que podem ser espaços físicos ou virtuais, responsáveis por guardar
136 acervos relacionados à memória de grupos formadores da identidade cultural
137 brasileira. Ele explicou que esses centros têm a função de preservar os
138 conhecimentos de mestres e mestras, que muitas vezes ficam na oralidade, e a
139 importância de registrá-los para evitar a perda desses saberes. Esses centros
140 podem ser plataformas digitais, onde os acervos e materiais sobre práticas
141 culturais tradicionais ou bens culturais imateriais seriam armazenados, e são
142 essenciais para o inventário e mapeamento desses bens, incluindo os locais e
143 indivíduos relacionados a eles. Mencionou a existência de um déficit no
144 Amazonas quanto ao reconhecimento de bens culturais, observando que
145 existem uns bens registrados, conforme o decreto estadual, o qual espelha o
146 decreto federal (Decreto 3551). Ele apontou o desafio de estabelecer um sistema
147 nacional de patrimônio, destacando a necessidade de integrar políticas públicas
148 para a salvaguarda de bens culturais imateriais. Ele sugeriu que os centros de
149 referência e memória comesçassem com o reconhecimento dos bens imateriais
150 já registrados, como a capoeira, o ofício dos mestres, o complexo cultural do boi-
151 bumbá do médio Amazonas, o sistema agrícola tradicional do rio Negro, a
152 cachoeira de Aretê, e as parteiras, os quais já possuem reconhecimento
153 nacional. Esses bens necessitam de espaços para armazenamento de acervos
154 e de um mapeamento mais detalhado. Também ressaltou que esses centros não
155 devem ser vistos como museus ou casas físicas, mas sim como conjuntos de
156 documentos que fortalecem o reconhecimento dos mestres e a difusão das
157 práticas culturais tradicionais. Ele concluiu sua fala propondo que os centros
158 fossem integrados a partir dos bens já registrados, com o objetivo de fortalecer
159 uma política pública integrada de patrimônio cultural, que envolvesse os níveis
160 estadual, municipal e federal, sem separações, já que tudo é patrimônio cultural
161 brasileiro no território do Amazonas. **Pedro Mansour** iniciou sua fala dizendo
162 que corrobora com a ideia apresentada por Mauro. Ele destacou a urgência de
163 se criar um espaço virtual para memória, enfatizando a necessidade de ter esse
164 espaço o quanto antes. "Eles precisam disso com urgência", afirmou,
165 destacando seu empenho para avançar no processo de criação de um grande
166 fundo voltado para centros de memória. Ele também enfatizou a importância de
167 se conhecer os acervos existentes nos municípios e ressaltou que a ação precisa
168 ser pensada em três níveis: governo federal, estadual e municipal. Segundo



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

169 Pedro, a criação desses centros só será possível se houver a memória e o
170 acervo nos municípios, os quais devem ser digitalizados. Mencionou a
171 necessidade de trabalhar primeiramente com espaços de arquivo de memória
172 de forma virtual, o que seria muito mais prático e rápido nos dias atuais. Ele
173 também observou que os municípios que tiverem condições poderão criar
174 espaços físicos para esses acervos, seguindo a ideia proposta por Mauro. Ele
175 enfatizou que já existem bens registrados e que, mais uma vez, é necessário
176 destacar a importância da lei nesse processo. Pedro criticou ações anteriores
177 que considerou politiquieiras, mencionando que, em muitos casos, o tombamento
178 e o registro de bens culturais e históricos foram feitos sem um verdadeiro
179 pertencimento da população local, o que comprometia a seriedade do processo.
180 Com sua experiência em diversos projetos, como o inventário do boi-bumbá,
181 Pedro compartilhou que a realização de inventários é um trabalho difícil e que
182 muitas vezes as leis são criadas com base em pequenos parágrafos sem a
183 devida profundidade. Ele acredita que a criação de um fundo para apoiar esse
184 trabalho é essencial, além de garantir que as ações de preservação ocorram de
185 forma mais integrada entre municípios, estado e as ações do IPHAN. Embora o
186 caminho esteja sendo trilhado com passos curtos, já existem avanços. Ele vê
187 como fundamental a criação de espaços de memória digitais nos municípios, o
188 que pode ser o primeiro passo para criar uma rede de centros de memória em
189 toda a região. Além disso, ele ressaltou que o mapeamento real do que já existe
190 é uma das etapas fundamentais para avançar nesse processo. Ele reconhece a
191 importância da ideia de criar espaços digitais de memória, mas também destacou
192 que deve haver uma discussão mais ampla sobre como garantir os recursos
193 necessários para a implementação dessas ações. Para ele, é crucial que a
194 discussão envolva os recursos dos municípios, do estado e da união,
195 assegurando que as ações de preservação de memória sejam, de fato,
196 implementadas. Terminou sua fala citando o exemplo do gambá de Maués, um
197 patrimônio cultural que estava se perdendo até ser resgatado graças a uma ação
198 de preservação. Ele mencionou que esse tipo de ação é fundamental, mas que
199 é igualmente importante discutir os recursos que garantirão a continuidade
200 dessas iniciativas de preservação. **Mauro Dourado** fez um adendo ao que Pedro
201 havia mencionado, principalmente sobre a questão dos recursos. Mauro
202 destacou que, quando se fala sobre esses centros de memória, não se trata
203 necessariamente de um espaço físico, mas sim de um ambiente favorável para
204 a transmissão e continuidade de práticas culturais e de saberes, como a
205 educação patrimonial. Ele sugeriu que o primeiro passo seria realizar um estudo
206 e mapeamento, começando pelos bens culturais já reconhecidos, para servir de
207 referência no processo de preservação. Mauro ressaltou que esse processo não
208 pode se tornar um simples ato politiquieiro ou declaratório, mas deve estar
209 vinculado a uma política pública séria. Também fez questão de destacar que,
210 para viabilizar esse processo de pesquisa e preservação, são necessários
211 recursos. Ele mencionou que é preciso ter orçamento específico para cobrir as



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

212 despesas com bolsas de estudo, pesquisadores e parcerias, principalmente em
213 um estado tão vasto como a Amazônia. Isso garantiria que o trabalho fosse
214 realizado de forma séria e com um impacto real. Ele também explicou que um
215 repositório ou centro de memória é uma das etapas essenciais para a
216 preservação cultural. Quanto mais se produz conhecimento sobre bens e
217 práticas culturais, maiores as condições de preservá-los e arquivá-los de forma
218 adequada. Além disso, ações contínuas de inventário e mapeamento, como o
219 exemplo do gambá mencionado por Pedro, são necessárias para a preservação
220 de bens culturais. O recurso financeiro é essencial para superar os desafios, que
221 são comuns em todo o território nacional, e que é preciso ter orçamento
222 específico para garantir que as ações saiam do papel e se tornem reais. Ele
223 sugeriu que um fundo integrado, envolvendo as três esferas de governo –
224 federal, estadual e municipal – poderia ser uma solução viável, com técnicos
225 dedicados ao acompanhamento e execução do trabalho de preservação. Ele
226 concluiu destacando a importância de não deixar as iniciativas em um nível de
227 vontade, mas sim transformá-las em ações concretas, com recursos e equipe
228 qualificada, para que as ações de preservação realmente aconteçam. **Marcelo**
229 **Dias** disse que diante do que está sendo dito e alinhando as questões discutidas
230 com a proposta no plano estadual de cultura, o tema do patrimônio e memória
231 não se encaixaria completamente no contexto do festival. Ele fez uma sugestão,
232 além das propostas já apresentadas, destacando a importância da qualificação
233 do patrimônio cultural. Sugeriu que, para atender ao que foi escrito no plano
234 estadual de cultura, uma ação importante seria realizar um levantamento sobre
235 patrimônio, identidade e memória nos municípios. Ele ressaltou que o Amazonas
236 enfrenta um grande apagão de informações relacionadas a esses temas, o que
237 exigirá mais trabalho tanto para ele quanto para Mauro, do IPHAN, e para o
238 escritório envolvido nesse processo. Disse que concorda com os colegas Mauro,
239 Pedro e Luiza sobre a dificuldade de lidar com esse apagão e destacou que o
240 Amazonas precisa estar mais preparado, especialmente em relação aos outros
241 estados que já estão se preparando para competir por recursos para esses
242 trabalhos. A competição por recursos será intensa, e que a estratégia precisa ser
243 bem planejada para garantir o sucesso do estado nesse contexto, sugeriu, então,
244 que uma ação útil seria pedir aos entes municipais que enviassem informações
245 relevantes sobre patrimônio, memória e identidade para que pudessem ser
246 levadas em consideração no planejamento e ações futuras. Ele também sugeriu
247 a ideia de realizar uma mostra durante o festival para divulgar essas informações
248 e promover o tema, sugerindo que essa poderia ser uma maneira interessante
249 de apresentar os trabalhos e ações de preservação cultural. Deixou a sugestão
250 em aberto, ponderando se seria interessante criar um painel ou uma mostra, de
251 modo que os envolvidos pudessem refletir sobre a melhor forma de apresentar
252 e divulgar as questões relacionadas ao patrimônio e memória no contexto do
253 festival. **Dr. Sérgio Cruz** alinhou uma série de propostas e reflexões em relação
254 ao patrimônio e à cultura no contexto do Amazonas. No item 3.2. Criação de



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

255 Fundo e Centros de memória, arquivos, bibliotecas, Patrimônio (material e
256 imaterial) e acervos virtuais de anexo de prédios públicos e /ou inutilizados pelo
257 poder público municipal e estadual com apoio e acessibilidade dos arquivos
258 históricos do poder público estadual e municipal para o enriquecimento dos
259 centros de memória. **Objetivo identificado:** Criar locais em espaços públicos e
260 imóveis inutilizados com apoio e acesso a arquivos históricos e de
261 memória. **Ponto Focal:** Espaços de repositório da história do estado. **Entes**
262 **envolvidos:** SEC e SEFAZ. **Pontos de observação:** Por envolver impacto
263 financeiro, consultar a SEFAZ. Ações municipais estão fora da alçada do PEC
264 quanto a “criação”, visto serem da esfera dos municípios, sendo independente
265 da PEC. O apoio aos municípios – desde que tenham ações com base no ponto
266 focal – poderá ser dado pelo estado por meio do Fundo. Porém, não está
267 evidenciado tal questão na interpretação direta da proposta aprovada. Não se
268 encontra amparada a manutenção dos espaços, a qual poderá eventualmente
269 ser feito por meio da PNAB. **Propostas convergentes:** Promover ações que
270 visem o reconhecimento e fortalecimento do patrimônio histórico e cultural,
271 material e imaterial dos povos e comunidades tradicionais como forma de
272 preservação dessas culturas. Fortalecer os centros de referências culturais com
273 digitalização de periódicos e documentos dos acervos públicos. Fazer
274 parceria/convênio com os municípios para viabilizar as atividades de
275 preservação do patrimônio cultural, para a contribuição da memória cultural
276 estadual, assim como, a identidade nacional. Buscar parceria junto à Secretaria
277 Estadual de Cultura para equipar às Bibliotecas Municipais e Comunitárias, com
278 internet e equipamentos tecnológicos para facilitar a catalogação dos materiais
279 permanentes, e melhoria no atendimento da população e visitantes, criando
280 acervos digitais. (Estimular, informar e facilitar o acesso aos editais e recursos
281 para instalação, inovação e manutenção de bibliotecas públicas e comunitárias
282 prioritariamente em áreas periféricas e interior do Amazonas.). Realizar projetos
283 junto à Secretaria Municipal de Cultura, em parceria com a Secretaria Estadual
284 de Cultura, para buscar recursos para a inovação e modernização das
285 Bibliotecas Municipais e Comunitárias. Criação de Centros de Memória e
286 Arquivos (públicos). Inventariar, estudar e preservar os sítios arqueológicos de
287 interesse de povos indígenas situados dentro e fora de suas terras. Estabelecer
288 redes de memória comunitária que conectem diferentes grupos culturais,
289 promovendo o intercâmbio de experiência e práticas de preservação. Criação de
290 casas/Museus para preservação da memória das culturas
291 amazônicas. **CENTROS CULTURAIS COMUNITÁRIOS** - Estabelecer centros
292 culturais comunitários na cidade e no interior, oferecendo uma variedade de
293 atividades artísticas e culturais acessíveis para todas as faixas etárias. Esses
294 centros podem oferecer workshops, palestras, exposições, apresentações e
295 acesso a recursos artísticos. Além disso, devem ser espaços de inclusão, onde
296 grupos marginalizados, como indígenas, comunidades LGBTQIA+, ribeirinhos e
297 idosos, tenham a oportunidade de compartilhar e celebrar suas próprias



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

298 culturas. **Casa Memorial do Povo Negro. A criação do museu**
299 **online.** Conectar digitalmente os agentes culturais, suas produções e o público
300 em geral do Amazonas: Hospedar no site da Secretaria Estadual de Cultura do
301 Amazonas acervos digitais dos produtos culturais de cada município,
302 informações e conteúdo dos agentes culturais de todo o estado e um canal para
303 que possam se contatar. Investir em inovação tecnológica para preservar o
304 patrimônio utilizando ferramentas como realidade virtual, realidade aumentada
305 inteligência artificial. Buscar parceria junto à Secretaria Estadual de Cultura para
306 equipar às Bibliotecas Municipais e Comunitárias, com internet e equipamentos
307 tecnológicos para facilitar a catalogação dos materiais permanentes, e melhoria
308 no atendimento da população e visitantes, criando acervos digitais. Estimular,
309 informar e facilitar o acesso aos editais e recursos para instalação, inovação e
310 manutenção de bibliotecas públicas e comunitárias prioritariamente em áreas
311 periféricas e interior do Amazonas. Encaminhar proposta de Lei à Assembleia
312 Legislativa criando programas para restauração/manutenção de prédios
313 tombados para patrimônio histórico nos municípios. Nesse sentido, relatou os
314 pontos discutidos até o momento, como a digitalização de documentos, acervos
315 de gravuras, pinturas, fotos e outros materiais culturais, destacando a
316 importância desse processo para o desenvolvimento de um tema dentro do plano
317 estadual de cultura. Ele sugeriu a criação de um **Centro de Digitalização do**
318 **Estado**, que serviria como referência para a criação de uma plataforma digital,
319 comparável ao modelo da Biblioteca Nacional e outras plataformas já existentes.
320 Além disso, mencionou a necessidade de desenvolver um programa de
321 monitoramento para museus vivos e comunitários, visando sua estruturação. A
322 criação de oficinas para ajudar os municípios a entenderem o formato e a
323 implementação dos centros de digitalização foi destacada como uma ação inicial
324 para um plano de longo prazo, dado que o plano estadual é para 10 anos. Ele
325 também sugeriu a criação de **centros de referência para bens tombados ou**
326 **registrados**, com um foco especial nos **mestres saberes** e nas pessoas ou
327 grupos reconhecidos pela sua contribuição cultural. O desenvolvimento de
328 **indicadores para museus e imóveis abandonados**, que pudessem ser
329 utilizados para identificar espaços culturais em risco de deterioração, foi outra
330 proposta importante. Para fortalecer a infraestrutura, sugeriu a criação de
331 **oficinas de apoio técnico** para a formação de **conselhos e fundos municipais**
332 **de patrimônio histórico e cultural**, abordando a importância de
333 regulamentações que apoiassem a gestão e conservação do patrimônio material
334 e imaterial. Ele também propôs a criação de normas para a utilização de **imóveis**
335 **particulares abandonados**, sugerindo que, nesses casos, fosse possível criar
336 mecanismos legais para permitir que esses imóveis fossem utilizados por
337 entidades públicas ou privadas enquanto as disputas sobre sua propriedade
338 estivessem sendo resolvidas. Isso poderia ajudar a preservar o patrimônio
339 cultural enquanto se resolve a situação legal desses imóveis. Em resumo, a fala
340 de Dr. Sérgio Cruz focou em ações estratégicas para o planejamento,



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

341 digitalização, preservação e fortalecimento da gestão do patrimônio cultural no
342 Amazonas, com um forte foco na integração entre os municípios, o estado e as
343 ferramentas digitais para garantir que o patrimônio seja protegido e acessível
344 para futuras gerações. **Marcelo Dias** contribuiu com uma observação prática
345 relacionada aos imóveis abandonados mencionados por Dr. Sérgio Cruz. Ele
346 explicou que, em muitos casos, esses imóveis pertencem a um espólio de uma
347 pessoa, frequentemente com um único herdeiro ou, em alguns casos, nenhum
348 herdeiro, especialmente após falecimentos causados pela pandemia de COVID-
349 19. Citou um exemplo concreto de casarões em cidades como Salvador e São
350 Luís, que estão desabando devido à falta de herdeiros para dar continuidade à
351 preservação ou manutenção desses bens. Ele ressaltou que, nesses casos, os
352 imóveis permanecem abandonados porque, após a morte de uma pessoa que
353 era a única responsável pelo espólio, não há quem assumir a propriedade ou
354 cuide do patrimônio. A fala de Marcelo destacou a importância de um
355 levantamento desses imóveis, como proposto por Dr. Sérgio, para que a situação
356 do patrimônio cultural em risco possa ser mapeada e, eventualmente, resgatada,
357 evitando o seu total desaparecimento ou degradação. Esse tipo de
358 levantamento, que identifica os bens abandonados, seria fundamental para
359 possibilitar ações de preservação e reintegração de imóveis históricos ao
360 patrimônio cultural da região. **Pedro Mansour** manifestou a preocupação com a
361 implementação de ações para a preservação de patrimônios abandonados,
362 como o exemplo citado por Marcelo sobre casarões em cidades como São Luís.
363 Ele enfatizou que, para que essas ações sejam eficazes, é fundamental envolver
364 o poder legislativo municipal e estadual, pois as iniciativas de preservação
365 devem estar respaldadas por uma legislação que permita sua execução. Ele
366 destacou que as ações planejadas precisam estar conectadas com o poder
367 público, para que, além de ideias, haja uma chancela legal para garantir que as
368 ações sejam implementadas de fato. Pedro também mencionou que, se não
369 houver uma legislação que dê base jurídica, as propostas podem permanecer
370 sem execução. Além disso, ele trouxe à tona a complexidade da questão,
371 sugerindo que, por ser um processo longo e envolvendo diferentes camadas de
372 heranças e bens particulares, as soluções precisam ser pensadas a longo prazo
373 com uma visão de 10 anos, como no caso do plano estadual de cultura. Essa
374 visão de longo prazo visa criar conexões legais e administrativas entre os
375 municípios, o estado e os poderes legislativos para garantir que a preservação
376 do patrimônio não dependa apenas da vontade de conselhos culturais, mas
377 também de políticas públicas e leis adequadas para o contexto local e estadual.
378 finalizou sua fala ressaltando a urgência das ações, já que muitos desses bens
379 históricos estão sendo destruídos e deteriorados rapidamente, e é preciso agir
380 antes que o patrimônio cultural seja perdido de forma irreversível. **Dr. Sérgio**
381 **Cruz** disse que a ideia é colocar a criação de lei para atender às propostas
382 discutidas anteriormente, como a preservação de patrimônios e a
383 regulamentação de ações voltadas para bens abandonados ou em situações de



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

384 herança complexa. Ele sugeriu que essa lei fosse incorporada ao planejamento
385 das ações do estado e perguntou qual seria o objetivo principal dessa lei. **Pedro**
386 **Mansour** explicou que a proposta da nova lei seria permitir a **fiscalização** de
387 **espaços privados** que, com o tempo, estão sendo destruídos. Ao mapear esses
388 espaços privados, surge a questão de qual poder a fiscalização teria sobre eles.
389 Ele menciona que, ao identificar esses locais, eles poderiam ser registrados e
390 até tombados, ou seja, reconhecidos oficialmente como patrimônio. No entanto,
391 ele também aponta a complexidade que envolve espólios de dívidas de herança,
392 como no caso mencionado por Marcelo, que podem dificultar a atuação direta do
393 estado ou das autoridades para garantir a preservação desses bens. **Dr. Sérgio**
394 **Cruz** pergunta se esses espaços privados ainda não estariam tombados. **Luiza**
395 **Guglielmini** destaca um problema significativo relacionado à preservação de
396 **prédios tombados**: mesmo quando um imóvel é tombado, ou seja, reconhecido
397 como patrimônio histórico, famílias que o possuem podem deixar o prédio se
398 deteriorando caso não tenham interesse em mantê-lo. Ela também aponta a
399 questão da **especulação imobiliária**, onde empresas ou investidores podem
400 **deixar esses imóveis abandonados** para que sua deterioração aumente o
401 valor do terreno, permitindo a construção de novos empreendimentos, como um
402 **prédio de 10 andares**. **Pedro Mansour** compartilha um exemplo clássico de
403 preservação de patrimônio histórico em São Paulo, especialmente na Avenida
404 Paulista, onde imóveis tombados foram, gradualmente, destruídos para dar lugar
405 a prédios novos. Ele sugere que o problema de deixar esses espaços históricos
406 se deteriorando pode ser evitado com uma legislação mais eficaz, que envolva
407 ações tanto para imóveis privados quanto públicos. Ressalta que a Câmara
408 Municipal e a Assembleia Legislativa têm um papel importante na criação dessas
409 leis que garantam a preservação desses espaços. Além disso, ele menciona a
410 necessidade de pensar no futuro, desenvolvendo soluções legislativas que
411 permitam proteger e recuperar esses imóveis históricos de forma efetiva.
412 **Marcelo Dias** propôs uma abordagem estruturada e gradual para a questão do
413 mapeamento e diagnóstico dos espaços históricos. Ele sugeriu que o primeiro
414 passo seria definir diretrizes para orientar a ação. A elaboração de uma lei viria
415 em seguida, como uma estratégia para formalizar essas ações. Marcelo sugeriu
416 que a equipe estruturasse claramente os passos a serem seguidos, começando
417 pelas ações mais simples e eficazes, seguidas de uma definição de diretrizes e
418 indicadores para avançar progressivamente até a criação da lei. A ideia era
419 organizar o processo de maneira estruturada dentro do plano estadual,
420 garantindo clareza e eficácia na implementação. Marcelo enfatizou a
421 necessidade de realizar um levantamento e mapeamento eficaz, com diretrizes
422 claras, antes de qualquer outra etapa. Esse levantamento incluiria identificar os
423 imóveis de patrimônio, especialmente aqueles que se enquadram no tema
424 central da discussão (eixo 3). A ideia era criar um documento orientador, que
425 serviria como guia para as ações. Ele também sugeriu que, após definir as ações
426 eficazes, a próxima etapa seria a elaboração de indicadores, antes de se chegar



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

427 à proposta de uma lei. Marcelo mencionou a importância de envolver fundos
428 municipais, destacando o exemplo de Manaus, que possui um fundo específico.
429 Ele comentou ainda sobre a relação com o IPHAN e como poderia colaborar
430 para entender melhor o funcionamento dos fundos, como o Fundo de Patrimônio,
431 para garantir a continuidade de investimentos nessa área. Além disso, alertou
432 que a partir de 2027, o modelo de editais será substituído pela transferência
433 direta de recursos entre fundos, um ponto relevante para o futuro do
434 financiamento dessas iniciativas. Destacou a necessidade de "abrir a caixa
435 preta" para entender melhor como os recursos e as ações estão sendo geridos,
436 enfatizando a importância de engajar outros entes na adesão ao plano estadual.
437 Ele sugeriu que, embora não se possa intervir diretamente nas decisões de
438 outras entidades, seria possível convidá-las a se integrar ao plano estadual de
439 forma colaborativa e sugeriu que fosse feita uma análise de como esses recursos
440 estavam sendo aplicados. Ele continuou discutindo as ações necessárias para o
441 avanço do projeto e mencionou que, após definir as ações, seria essencial
442 estabelecer diretrizes claras. Enfatizou que a criação de uma legislação forte
443 depende da definição de indicadores claros que possibilitem o uso eficiente dos
444 fundos, destacando que, sem essa estruturação, o projeto poderia ficar
445 estagnado. Também mencionou a discrepância entre a situação do Amazonas e
446 outros estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, que já
447 estão movimentando grandes recursos e ações voltadas ao patrimônio. Ele
448 finalizou a fala reforçando que a estratégia eficaz deve envolver tanto o
449 patrimônio material quanto o imaterial, abordando ambos de maneira integrada
450 para garantir o avanço efetivo no tratamento do patrimônio no estado. **Dr. Sérgio**
451 **Cruz** destacou a necessidade de conversar pessoalmente com Marcelo para
452 discutir estratégias sobre como abordar certos pontos, especialmente em
453 relação à interação com a esfera municipal. Ele sugeriu que esse diálogo seria
454 importante para definir até onde a atuação estadual poderia avançar sem invadir
455 competências municipais. Também ressaltou que as proposições feitas até
456 aquele momento eram para abrir espaço para novas ideias. Ele mencionou que
457 três pontos importantes já foram levantados, mas que o último tema abordado
458 envolvia a criação de um programa para fomentar equipes estaduais por meio
459 da identificação de pesquisadores e especialistas. O objetivo desse programa
460 seria criar um cadastro de profissionais qualificados, que poderiam ser
461 chamados a fazer parte de equipes técnicas ou até mesmo entes privados que
462 queiram chamar alguém para projetos relacionados ao patrimônio e outras áreas
463 pertinentes. **Luiza Guglielmini** sugeriu que, para identificar pesquisadores, não
464 seria necessário criar um novo cadastro. Ela mencionou que o maior banco de
465 dados de pesquisadores é o currículo Lattes, e que, para saber se uma pessoa
466 realiza pesquisa, basta verificar seu currículo nesse sistema. **Dr. Sérgio Cruz**
467 explicou que seria útil ter um local centralizado, como o Conselho do Patrimônio
468 Histórico Artístico do Estado, para realizar levantamentos no interior. Ele
469 mencionou que, no caso do patrimônio imaterial, seria necessário formar uma



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

470 equipe para dividir as responsabilidades. Caso fosse necessário, poderia ser
471 considerada a contratação de mais uma pessoa para ajudar nesse processo.
472 **Luiza Guglielmini** sugeriu aproveitar o cadastro no sistema **SIGFAPEAM**, que
473 já é utilizado por todos que recebem bolsas (sejam alunos ou professores), para
474 integrar as informações e facilitar o processo. Mencionou que, recentemente, ele
475 esteve em Manacapuru para acompanhar a culminância de um projeto do
476 programa "Ciência na Escola", onde uma professora e três alunos foram
477 contemplados. Eles apresentaram uma pesquisa sobre a história e cultura de
478 Manacapuru, entrevistando moradores mais velhos e resgatando memórias
479 locais. Ela ressaltou a importância de aproveitar parcerias como essas para
480 fomentar a recuperação da memória dos municípios e destacou que muitos
481 alunos, mesmo sendo da cidade, não conheciam sua própria história. A
482 recuperação da memória local pode abrir novas perspectivas para os alunos,
483 como uma possível carreira em pesquisa. Também mencionou que, com o fundo
484 de amparo agora disponível, é possível criar editais específicos para apoiar
485 pesquisas voltadas para o patrimônio histórico e cultural. Considerou que essa
486 seria uma grande vitória para a área. **Marcelo Dias** compartilhou uma
487 atualização sobre o andamento do trabalho, mencionando que o grupo de
488 trabalho (GT) que estava em formação não tem o alcance necessário para
489 implementar certas ações. Ele sugeriu um substitutivo e conversou com a Fabião
490 sobre isso. Ele também falou sobre a "Comissão de Intergestores de Cultura",
491 um órgão colegiado relacionado à cultura, que seria uma via para tratar de
492 diversas demandas culturais. A professora Márcia estava viajando, mas enviaria
493 um representante para participar da reunião. Marcelo explicou que todas as
494 necessidades seriam levadas a essa comissão, e que essa comissão, por sua
495 vez, apresentaria um "devolutivo" com suas contribuições, as quais poderiam ser
496 incorporadas ao plano estadual do grupo de trabalho. **Dr. Sérgio Cruz** informou
497 que a proposta de incluir a FAPEAM já foi atendida. Ele explicou que entre os
498 entes envolvidos, a SEC, a SEFAZ já foram incluídos na discussão, conforme
499 solicitado por Luiza, mas ele ainda não havia registrado oficialmente. Todas as
500 ideias discutidas são apenas propostas iniciais, e que, na próxima etapa, elas
501 serão formalizadas e registradas. Após isso, será necessário chamar os entes
502 envolvidos para garantir que a transversalidade das ações seja verificada. Ele
503 também mencionou o exemplo da visita a Manacapuru, onde a experiência de
504 trabalho deve ser incluída na discussão, a fim de entender como esse trabalho
505 foi realizado e integrar as lições aprendidas com os demais entes para um melhor
506 alinhamento das ações. **Marcelo Dias** comentou que tem o PADEAM que tem
507 um trabalho muito exitoso sendo realizado por essa equipe. Ele destacou que
508 esse grupo tem recursos financeiros e está ligado ao Byrd, sugerindo que esse
509 padrão também poderia fornecer algum subsídio ou apoio para a iniciativa. **Luiza**
510 **Guglielmini** explicou que, no caso mencionado, a atuação do PCE (Programa
511 Ciência na Escola) se concentra nas escolas estaduais. Ela ressaltou que seria
512 interessante compartilhar informações com eles e sugeriu que essa colaboração



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

513 poderia agregar valor ao que já existe, ampliando o impacto da iniciativa. **Dr.**
514 **Sérgio Cruz** abriu espaço para sugestões sobre como estruturar o fundo
515 necessário para apoiar os projetos relacionados ao patrimônio cultural. Ele
516 destacou que ainda não havia sido discutido nenhum ponto relacionado à criação
517 do fundo e sugeriu a necessidade de definir se esse fundo seria compartilhado
518 com o Fundo Estadual de Cultura ou se seria um fundo específico para esses
519 projetos. Além disso, mencionou a importância de trabalhar em propostas que
520 envolvam levantamento de inventários, que exigem recursos financeiros para
521 serem realizados. Ele sugeriu que o dinheiro para isso poderia vir de um fundo
522 específico ou do próprio Fundo Estadual de Cultura, caso não haja verba
523 disponível no momento. Dr. Sérgio também propôs a ideia de usar bolsas para
524 pesquisadores, como as oferecidas pela FAPEAM e perguntou aos participantes
525 quais seriam as suas ideias para viabilizar esse processo. Ele finalizou
526 lembrando que sua função era apenas provocar a discussão e não impor uma
527 solução, reforçando que estava ali para facilitar o debate e ajudar a encontrar a
528 melhor estratégia para a criação do fundo e a estruturação dos projetos. **Pedro**
529 **Mansour** abordou a questão do fundo para o patrimônio cultural e destacou que
530 os recursos para o fundo de memória devem, primeiramente, vir do Fundo
531 Estadual de Cultura. Ele reforçou a importância de um diálogo contínuo com
532 outros órgãos e instituições envolvidas, como a Câmara Municipal e a
533 Assembleia Legislativa, pois esses são recursos públicos e precisam de uma
534 transparência rigorosa. Disse também, que as parcerias público-privadas devem
535 ser consideradas como uma forma de complementar os recursos, citou o
536 exemplo de uma instituição cultural que tem utilizado essa abordagem para
537 angariar fundos, e a importância dessa colaboração para fortalecer a estrutura
538 do setor cultural. Além disso, sugeriu que, embora o primeiro passo seja a
539 criação de um fundo de Cultura, deve-se pensar em um fundo mais específico
540 para a área de memória e patrimônio cultural, como pesquisa e inventários.
541 **Mauro Dourado** explicou que existe, na verdade, um Programa Nacional de
542 Patrimônio Imaterial (PNPI), que é lançado anualmente com diversas ações
543 voltadas para o Patrimônio Imaterial, como inventários, mapeamento e
544 diversidade linguística. O programa contempla uma expectativa de recursos para
545 essas ações. Também aproveitou a oportunidade para falar sobre a proposta de
546 Pedro, que trabalhou a questão de um fundo. Nesse sentido, sugeriu que, ao
547 invés de avaliar a pertinência de cada ação individualmente, seria mais eficiente
548 ter acordos de cooperação técnica (ACTs), com as universidades funcionando
549 como um grande guarda-chuva de articulação com as universidades, a partir de
550 um termo de execução descentralizada (TED), as universidades poderiam
551 viabilizar a execução dos inventários participativos e das pesquisas por meio das
552 agências de fomento, como a Fapeam e outras. Isso se encaixa em um campo
553 oportuno para pesquisadores interessados nas atividades, já que muitas dessas
554 pesquisas já estão sendo realizadas e precisam ser inicialmente reunidas. Ele
555 também destacou que muitos trabalhos já foram feitos por pesquisadores, e que



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

556 o primeiro passo seria mapear as pesquisas que já foram realizadas,
557 especialmente dentro das universidades. **Luiza Guglielmini** disse que é
558 possível observar a atuação de outros estados, como o exemplo de sua
559 participação no MEC há algum tempo. Ela compartilhou que, na época, estava
560 no Ministério da Educação e participou de uma comissão técnica voltada para a
561 formação em educação infantil, onde o Amazonas, representado pela Secretaria
562 de Estado da Educação (Seduc), estava envolvido. Ela destacou que, nesse
563 processo, havia a participação de 23 municípios, que inicialmente disseram sim
564 ao acordo, mas a UFAM não quis participar. Quando isso ocorreu, a
565 Universidade Federal do Pará (UFPA) assumiu a responsabilidade, e a iniciativa
566 foi cadastrada pela UFPA, com o apoio da FAPESP para gerenciar o recurso do
567 Ministério da Educação, mas diretamente para os municípios. **Marcelo Dias**
568 complementou a fala de Pedro Mansour, sugerindo a criação de um fundo
569 próprio, pois, segundo ele, o Pedro havia sugerido utilizar recursos do fundo
570 estadual. Destacou que o estado já possui um conselho próprio para o
571 Patrimônio, mencionando o COPHAM e sugeriu que seria mais adequado criar
572 um fundo independente, com rubricas e destinações próprias para as ações,
573 estratégias e diretrizes do Patrimônio Imaterial. Ele enfatizou que esse fundo
574 deveria ser bem estruturado, de forma a evitar conflitos com as demais áreas
575 das linguagens artísticas. **Dr. Sérgio Cruz** perguntou se alguém concordaria
576 com a criação de um fundo próprio, mencionando que, como Marcelo já havia
577 colocado, esse fundo seria destinado a financiar a preservação do patrimônio
578 cultural, sendo uma proposta que se alinha ao modelo já existente em nível
579 federal. **Marcelo Dias** afirmou que, quando o fundo nacional estiver pronto, ele
580 estará apto a receber os recursos e ações relacionadas ao patrimônio cultural.
581 Ele também fez uma observação sobre a situação externa, sugerindo que a
582 "guerra" não ocorre dentro do estado, mas sim fora, e que, neste momento, é
583 hora de agir. Mencionou que, no painel do Brasil inteiro, havia uma "luzinha
584 verde" no Amazonas, sinalizando que o estado já está pronto para participar. Ele
585 concluiu dizendo que, pela primeira vez, o Amazonas sairia na frente,
586 destacando que isso não se tratava de uma questão de sorte, mas de uma boa
587 ideia. **Dr. Sérgio Cruz** perguntou se a criação do fundo de Patrimônio seria
588 gerida pelo COPHAM. Ele informou que seria necessário analisar as bases do
589 fundo nacional para entender como replicá-lo no nível estadual. **Marcelo Dias**
590 afirmou que, ao iniciar esse trabalho, o estado estaria fazendo um esforço
591 pioneiro nesse sentido, o que seria algo muito positivo. Em seguida, dr. Sérgio
592 Cruz perguntou qual seria o nome correto do fundo, e **Marcelo Dias** indicou que
593 uma das opções seria o "Fundo Nacional do Patrimônio Cultural" (FNPC). **Dr.**
594 **Sérgio Cruz** disse que iria levantar os pontos que Marcelo havia colocado,
595 mencionando a qualificação do patrimônio. Então questionou Marcelo sobre o
596 que ele queria dizer com essa ação de qualificação do patrimônio, perguntando
597 se isso envolveria a criação de uma lei ou se explicaria o formato e os caminhos
598 para tombamento ou registrar um patrimônio. **Marcelo Dias** explicou que a



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

599 qualificação do patrimônio envolve diversos aspectos, começando pela
600 identificação e análise detalhada dos bens culturais. Ele destacou que, ao
601 qualificar, é possível estabelecer indicadores e quantificar o patrimônio, criando
602 uma taxa de participação e capacitando o setor envolvido. A qualificação envolve
603 definir a menor ação possível, como o tombamento de um bem, e depois
604 estabelecer diretrizes e estratégias, considerando se o patrimônio é público ou
605 privado e se será preservado ou arrestado. Detalhou que, ao qualificar, é
606 essencial entender os números e dados técnicos relacionados aos bens, como
607 o estado físico do imóvel, informações de propriedade, plantas e o entorno do
608 patrimônio. Ele mencionou que, para capacitar o bem, é necessário avaliar todas
609 essas minúcias, reconhecendo que, embora não seja um técnico, ele tem um
610 entendimento geral do assunto e acredita que essas informações são
611 fundamentais para estabelecer os indicadores e definir as ações a serem
612 tomadas. Ele também enfatizou a importância de capacitar tanto os envolvidos
613 no processo quanto o próprio patrimônio, fornecendo dados técnicos essenciais
614 para a sua preservação. **Mauro Dourado** fez um adendo à fala de Marcelo,
615 concordando com a importância da qualificação do patrimônio. Ele destacou que,
616 além disso, é fundamental realizar uma etapa de diagnóstico, para entender a
617 situação real e o status atual dos bens culturais. A partir desse diagnóstico, seria
618 possível construir os indicadores e as estratégias para a preservação, como
619 Marcelo mencionou. Disse que não sabia se isso já estava instituído, mas
620 afirmou que a estruturação de diretrizes claras é crucial para a qualidade da
621 política pública, pois permite visualizar e avaliar as ações realizadas. Ele
622 destacou a importância de monitorar esses processos e, no final, avaliar os
623 resultados com base nos indicadores esperados. Concluiu que esse seria um
624 grande desafio estruturante inicial, essencial para dar os próximos passos. **Luiza**
625 **Guglielmini** compartilhou uma reflexão sobre o Patrimônio Imaterial,
626 mencionando que muitas pessoas, desde que ela chegou à Gerência, a
627 questionam sobre o que exatamente é o "Imaterial". Ela relatou que
628 frequentemente escuta: "Me explica aí, Luiza, o que é o Imaterial?" e, em
629 resposta, ela explica que não se trata da pessoa em si, mas do conhecimento e
630 das contribuições que essa pessoa tem para oferecer às gerações futuras. Luiza
631 ressaltou que é essencial que as pessoas envolvidas no processo compreendam
632 essa distinção, destacando a importância de perceberem a ação de preservar o
633 Patrimônio Imaterial como algo que vai além do indivíduo, envolvendo o saber e
634 a cultura que ele representa. **Marcelo Dias** fez um complemento à fala de Mauro
635 Dourado, mencionando que o diagnóstico já é, por si só, uma ação. **Dr. Sérgio**
636 **Cruz** tentou alinhar as ideias conforme Marcelo havia colocado, o objetivo seria
637 identificar os bens tombados e capacitá-los. Ele explicou que, seguindo a
638 proposta de Mauro, a meta seria diagnosticar os bens tombados para a criação
639 de indicadores, e que essa seria uma meta a ser cumprida nos próximos 10 anos.
640 **Mauro Dourado** disse que o correto é tombados e registrados. **O conselheiro**
641 **Bjarne Furtado** fez uma proposta de criação de um Grupo de Trabalho (GT)



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

642 permanente entre órgãos, secretarias e outros atores que lidam diretamente ou
643 indiretamente com o patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial. Ele
644 sugeriu que esse GT poderia ajudar a elaborar estratégias, como mencionado
645 por Marcelo, e elaborar um documento orientador robusto para a implementação
646 e o monitoramento das ações relacionadas ao patrimônio. Ressaltou que a ação
647 só pode ser controlada após sua implementação, e que é essencial estabelecer
648 processos de monitoramento para corrigir problemas futuros. Ele perguntou à
649 audiência se isso poderia ser considerado uma ação válida e o que os
650 participantes achavam dessa proposta. **Dr. Sérgio Cruz** disse que a ideia
651 proposta pelo conselheiro Bjarne Furtado seria parecida com o que Marcelo
652 havia mencionado, que está sendo criado em outro contexto. Ele perguntou se
653 a proposta seria para a criação de uma comissão, composta apenas por gestores
654 estaduais. **O conselheiro Bjarne Furtado** sugeriu a criação de um Grupo de
655 Trabalho (GT) permanente, envolvendo diversos órgãos, secretarias e outros
656 atores diretamente ou indiretamente relacionados ao patrimônio cultural, tanto
657 material quanto imaterial. Esse GT teria o objetivo de desenvolver e implementar
658 estratégias para a preservação e o controle social das políticas voltadas ao
659 patrimônio, por meio da criação de um documento orientador robusto. **Marcelo**
660 **Dias** concordou com a ideia, considerando o GT como uma estrutura útil dentro
661 do Conselho, e sugeriu que ele poderia ser parte integrante do **COPHAM**,
662 destacando a importância da interação entre várias instâncias e colegiados no
663 processo de implementação das ações culturais. A ideia seria que esse GT
664 atuasse como um ponto de articulação intersetorial entre os diversos entes
665 envolvidos na questão do patrimônio. Esse GT seria essencial para estabelecer
666 um diálogo constante entre as partes envolvidas, facilitando a troca de
667 informações e a construção de diretrizes, e sugeriu que isso fosse incluído no
668 plano estratégico para garantir a efetividade da ação. **Dr. Sérgio Cruz** perguntou
669 ao conselheiro **Bjarne Furtado** se poderia colocar “a criação de **documentos**
670 **norteadores** e **cartilhas educativas** sobre o patrimônio material e imaterial”,
671 com o objetivo de distribuir esses materiais para educadores e gestores culturais.
672 Eles falam sobre a flexibilidade do nome desses documentos, mencionando que
673 podem ser chamados de “documento orientador” ou outro nome mais adequado,
674 conforme decidirem. **O conselheiro Bjarne Furtado** também comenta sobre a
675 Situação da Galeria do Estudante, localizada no Colégio Barão do Rio Branco,
676 que foi criada nos anos 1980. Ele destaca que a galeria, destinada a exposições
677 de artes visuais, está atualmente subutilizada e malconservada, ocupando um
678 espaço em um porão com muitos objetos desorganizados. A galeria, apesar de
679 ser um bem tombado, está se deteriorando e sem as devidas intervenções, o
680 que ele considera uma situação urgente. Além disso, eles abordam a importância
681 de uma comissão para tratar de bens tombados e a necessidade de ativar a
682 Galeria do Estudante como parte dos esforços para preservar o patrimônio
683 cultural e histórico. A conversa também inclui a criação de um grupo de trabalho
684 para lidar com as questões relacionadas à preservação do patrimônio e ao



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

685 gerenciamento dos bens históricos do estado. **Pedro Mansour** contribui à
686 conversa, reforçando pontos já mencionados e trazendo novos elementos à
687 discussão sobre a preservação do patrimônio, especialmente o patrimônio
688 histórico e cultural relacionado às escolas e espaços históricos. Ele menciona as
689 escolas no centro da cidade, muitas das quais estão em situação de
690 deterioração, seja por tempo ou por danos causados por vândalos. Acredita que
691 essas escolas devem fazer parte do grupo de trabalho (GT) voltado à
692 preservação do patrimônio histórico, destacando a importância de ações
693 específicas dentro dessas instituições. Além disso, ele enfatiza a necessidade
694 de salvaguarda de acervos históricos, como o acervo do Ginásio Estadual, que
695 é considerado rico e valioso, mas que corre o risco de desaparecer sem a devida
696 preservação e atenção. Também aponta que, assim como outras escolas e
697 prédios históricos, as ações de preservação e interesse de registro devem ser
698 discutidas e integradas de forma mais efetiva, não apenas no centro, mas
699 também em outros bairros da cidade. O Prédio Benjamin Constant, um edifício
700 histórico, é um exemplo de espaço que precisa ser preservado, reforçando que
701 é essencial discutir essas questões dentro do contexto da preservação e de leis
702 de proteção ao patrimônio. **Luiza Guglielmini** compartilha suas observações
703 sobre a situação dos prédios históricos, mencionando que durante a Semana de
704 Patrimônio, teve a oportunidade de visitar o Colégio Amazonense Dom Pedro II
705 que se encontra em um estado deplorável. Ela observa que o problema não é
706 exclusivo dessa escola, e outros prédios também enfrentam dificuldades
707 semelhantes. Além disso, foca em questões relacionadas ao patrimônio
708 imaterial, especialmente a cultura dos capoeiristas e rodas de capoeira. Ela
709 sugere que é importante envolver Conselho Estadual de política da Promoção
710 da Igualdade Racial do Amazonas com o SEJUSC, para ouvir e entender melhor
711 as necessidades dessa comunidade, principalmente porque muitos dos
712 conselheiros são da matriz africana e representam a cultura afro-brasileira.
713 Menciona a importância de buscar parcerias, como o apoio de entidades
714 governamentais que compartilham das mesmas causas, mas às vezes têm
715 dificuldades de se conectar diretamente com outras iniciativas. Ela destaca a
716 relevância de unir esforços para preservação cultural e de memória, buscando
717 também incluir os interesses de capoeiristas e outros grupos culturais que
718 representam patrimônios imateriais. Ela coloca em pauta a importância de
719 levantar informações sobre o patrimônio, identidade e memória nos municípios,
720 sugerindo que seja desenvolvido um projeto mais detalhado sobre esse aspecto.
721 **Marcelo Dias** propõe uma estratégia colaborativa para o levantamento e
722 preservação do patrimônio material e imaterial nos 62 municípios do estado. Ele
723 sugere uma abordagem semelhante à dos festivais, mas sem que seja um
724 evento, e propõe a criação de um painel ou mostra para reunir essas
725 informações. Ele menciona a importância de envolver os gestores municipais,
726 como os prefeitos e secretários, para que se comprometam com o levantamento
727 do patrimônio em suas localidades. Cita o exemplo do município de Humaitá,



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

728 onde o secretário Ronald está começando a se envolver com a questão do
729 patrimônio, mas ainda não sabe como captar recursos ou como fazer a
730 preservação adequada. Sugere que seja criado um manual ou cartilha com
731 procedimentos claros sobre como os municípios devem proceder para preservar
732 o patrimônio, incluindo orientações sobre como consultar o IPHAN para saber os
733 critérios e como aplicar recursos para reformas. A ideia é pactuar com os
734 municípios para que eles realizem os levantamentos de patrimônio local e
735 enviem as informações de volta para a capital, onde a equipe estadual poderia
736 ajudar a organizar e processar os dados. Esse modelo permitiria uma distribuição
737 de trabalho, já que o governo estadual não tem recursos ou equipe suficiente
738 para fazer o levantamento diretamente nos 62 municípios. A proposta visa
739 garantir que todos os municípios se envolvam ativamente na preservação do
740 patrimônio e que a responsabilidade não fique apenas centralizada na capital,
741 mas seja compartilhada de maneira mais eficiente. **Marcelo Dias** propõe que,
742 antes de realizar ações como oficinas, o estado deve primeiro estabelecer uma
743 pactuação com os municípios. Ele sugere que o estado inicie um processo de
744 mapeamento e diagnóstico do patrimônio material e imaterial, com a participação
745 dos municípios. Após essa pactuação, ele acredita que o estado poderá oferecer
746 apoio, possivelmente por meio de oficinas ou treinamentos, para orientar os
747 municípios sobre como conduzir o levantamento de maneira eficaz. **Luiza**
748 **Guglielmini** sugere que o processo de pactuação entre o estado e os municípios
749 seja formalizado por meio de um ACT, que é um acordo específico, definindo
750 claramente as responsabilidades de cada ente envolvido. **Marcelo Dias**
751 concorda e considera essa uma boa solução. Ele acredita que ao definir de
752 maneira clara as obrigações de cada parte, com a ajuda de uma cartilha ou
753 manual orientador, o processo de levantamento e diagnóstico do patrimônio será
754 mais organizado e eficaz. **O conselheiro Bjarne Furtado** apoia a ideia
755 apresentada por Marcelo Dias, ressaltando a importância de distribuir as funções
756 de maneira equilibrada entre os órgãos e entidades envolvidas no processo de
757 levantamento e diagnóstico do patrimônio. Ele destaca que é essencial evitar a
758 sobrecarga de trabalho para determinados órgãos, enquanto outros ficam sem
759 atribuições. Enfatiza a necessidade de uma estrutura clara, através da formação
760 de um GT (grupo de trabalho), com os entes envolvidos e suas respectivas
761 responsabilidades bem definidas, para que cada um saiba exatamente o que
762 fazer e contribuir para o sucesso da iniciativa. **Dr. Sérgio Cruz** informou que as
763 propostas apresentadas por Marcelo, que estão registradas em quatro laudas,
764 serão analisadas posteriormente no processo. Ele sugere que, por enquanto,
765 não discutam os detalhes dessas propostas, mas que elas serão avaliadas e
766 ajustadas conforme necessário dentro do processo em andamento. Também se
767 oferece para discutir qualquer ponto mais crítico pessoalmente com Marcelo,
768 caso necessário, e sugere que, no momento final, as propostas sejam
769 apresentadas conjuntamente. Ele também se coloca à disposição para
770 esclarecer dúvidas de outros participantes, caso haja. **Dr. Sérgio Cruz** avisa que



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

771 a reunião terminará em oito minutos, às 12h. Ele propõe que, nesse tempo
772 restante, os participantes compartilhem ideias ou propostas convergentes. Ele
773 sugere que, mesmo que o grupo apenas liste tópicos, ele mesmo poderá
774 desenvolver mais tarde os pontos discutidos. A intenção é expandir as ideias e
775 fazer um brainstorming para gerar novas sugestões ou perspectivas, visando
776 enriquecer o processo com mais contribuições. Leu as **Propostas**
777 **convergentes**: Promover ações que visem o reconhecimento e fortalecimento
778 do patrimônio histórico e cultural, material e imaterial dos povos e comunidades
779 tradicionais como forma de preservação dessas culturas. **Fortalecer** os centros
780 de referências culturais com digitalização de periódicos e documentos dos
781 acervos públicos. **Fazer** parceria/convênio com os municípios para viabilizar as
782 atividades de preservação do patrimônio cultural, para a contribuição da
783 memória cultural estadual, assim como, a identidade nacional. **Buscar** parceria
784 junto à Secretaria Estadual de Cultura para equipar às Bibliotecas Municipais e
785 Comunitárias, com internet e equipamentos tecnológicos para facilitar a
786 catalogação dos materiais permanentes, e melhoria no atendimento da
787 população e visitantes, criando acervos digitais. (Estimular, informar e facilitar o
788 acesso aos editais e recursos para instalação, inovação e manutenção de
789 bibliotecas públicas e comunitárias prioritariamente em áreas periféricas e
790 interior do Amazonas.). **Realizar** projetos junto à Secretaria Municipal de Cultura,
791 em parceria com a Secretaria Estadual de Cultura, para buscar recursos para a
792 inovação e modernização das Bibliotecas Municipais e Comunitárias. Criação de
793 Centros de Memória e Arquivos (públicos). **Inventariar**, estudar e preservar os
794 sítios arqueológicos de interesse de povos indígenas situados dentro e fora de
795 suas terras. Estabelecer redes de memória comunitária que conectem diferentes
796 grupos culturais, promovendo o intercâmbio de experiência e práticas de
797 preservação. Criação de casas/Museus para preservação da memória das
798 culturas amazônicas. **CENTROS CULTURAIS COMUNITÁRIOS**. Estabelecer
799 centros culturais comunitários na cidade e no interior, oferecendo uma variedade
800 de atividades artísticas e culturais acessíveis para todas as faixas etárias. Esses
801 centros podem oferecer workshops, palestras, exposições, apresentações e
802 acesso a recursos artísticos. Além disso, devem ser espaços de inclusão, onde
803 grupos marginalizados, como indígenas, comunidades LGBTQIA+, ribeirinhos e
804 idosos, tenham a oportunidade de compartilhar e celebrar suas próprias
805 culturas. **Casa Memorial do Povo Negro. A criação do museu**
806 **online**. Conectar digitalmente os agentes culturais, suas produções e o público
807 em geral do Amazonas: Hospedar no site da Secretaria Estadual de Cultura do
808 Amazonas acervos digitais dos produtos culturais de cada município,
809 informações e conteúdo dos agentes culturais de todo o estado e um canal para
810 que possam se contatar. Investir em inovação tecnológica para preservar o
811 patrimônio utilizando ferramentas como realidade virtual, realidade aumentada
812 inteligência artificial. Buscar parceria junto à Secretaria Estadual de Cultura para
813 equipar às Bibliotecas Municipais e Comunitárias, com internet e equipamentos



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

814 tecnológicos para facilitar a catalogação dos materiais permanentes, e melhoria
815 no atendimento da população e visitantes, criando acervos digitais. Estimular,
816 informar e facilitar o acesso aos editais e recursos para instalação, inovação e
817 manutenção de bibliotecas públicas e comunitárias prioritariamente em áreas
818 periféricas e interior do Amazonas. Encaminhar proposta de Lei à Assembleia
819 Legislativa criando programas para restauração/manutenção de prédios
820 tombados para patrimônio histórico nos municípios. **Dr. Sergio Cruz** perguntou
821 se alguém tinha mais alguma proposta para ser desenvolvida e sugeriu realizar
822 uma varredura na Secretaria para verificar quais áreas poderiam se interessar
823 por essas iniciativas. Ele também comentou sobre a importância de envolver a
824 Secretaria de Tecnologia, já que a tecnologia seria um apoio importante para
825 essas iniciativas. Destacou a importância de fazer essa varredura para identificar
826 as secretarias parceiras, pois, ao entrar em contato com elas, seria possível
827 verificar se poderiam dar suporte às ações propostas. Sugeriu que,
828 independentemente do suporte recebido, as propostas deveriam ser colocadas
829 em prática. E, ao longo de 10 anos, seria possível revisar o que poderia ou não
830 ser executado. Ele concluiu que as propostas precisariam ser revisadas ao longo
831 do tempo, conforme fosse necessário, seria importante criar ações para avançar
832 nesses objetivos. **Marcelo Dias** agradeceu a todos, destacou que o colegiado
833 foi muito específico e que gostou muito da reunião. Segundo ele, de todas as
834 rodadas, aquela foi a melhor, com proposições reais e concretas, especialmente
835 porque os participantes eram técnicos da área. Parabenizou a todos. **Dr. Sérgio**
836 **Cruz** comentou que, enquanto aguardava, a equipe havia elaborado a questão
837 dos editais, mencionando especificamente um edital para estudo e pesquisa de
838 sítios arqueológicos e de memória dos municípios. Ele ressaltou que esse tipo
839 de apoio era importante, considerando a existência de um setor específico da
840 Secretaria e a relevância do IPHAN para a questão. Sugeriu a criação de editais
841 para apoio técnico e financeiro a estudos e pesquisas, destacando a importância
842 de focar na memória dos municípios. Ele então perguntou se havia mais alguma
843 contribuição sobre o assunto. Informou que, à tarde, a equipe tentaria fazer a
844 reunião mais curta, pois já haviam abordado boa parte dos assuntos durante a
845 manhã. Ele mencionou que não havia necessidade de ficar até as 16:00,
846 destacando que a previsão era apenas uma estimativa inicial e que já haviam
847 feito um bom progresso. Ele explicou o formato do trabalho, com a manhã
848 dedicada a um tema e a tarde a um outro, mas indicou que, no caso deles, a
849 tarde seria um complemento da manhã. Agradeceu presença de todos, pediu
850 para que quem pudesse abrisse a câmera para registrar uma foto de todos os
851 participantes e encerrou agradecendo novamente, com a previsão de se
852 reencontrarem 13:30. **Dr. Sérgio Cruz** iniciou a reunião pela parte da tarde
853 atualizando sobre a proposta que foi aprovada, a qual envolve a criação de
854 fundos, centros de memória, arquivos, bibliotecas, patrimônio material e
855 imaterial, além de acervos virtuais, com a utilização de prédios públicos ou
856 inutilizados pelo poder público municipal e estadual. A proposta também visa o



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

857 apoio e a acessibilidade aos arquivos históricos desses órgãos. **Rila Arruda**
858 questionou se essa proposta teria vindo da conferência ou da setorial, uma vez
859 que algumas ideias apresentadas pareciam ser oriundas da setorial. **Dr. Sergio**
860 **Cruz** disse que as propostas eram da setorial. **Rila Arruda** sugeriu que elas
861 fossem incluídas, com algumas revisões para melhor apresentação. **Dr. Sérgio**
862 **Cruz** mencionou a necessidade de revisão de algumas das propostas que ainda
863 possuem pouca participação e poucas ideias que podem ser discutidas de forma
864 mais aprofundada. Ele destacou a importância de agregar mais informações e
865 sugestões, principalmente aquelas que o poder público pode confirmar e indicar
866 também, garantindo uma maior participação e contribuição no processo. Em
867 seguida, ele mencionou um ponto focal de um estudo relacionado ao "espaço de
868 aposentados da história dos pais" e o desenvolvimento de ações pela SEC e
869 Sefaz (Secretaria da Fazenda), o que despertou uma série de questionamentos.
870 Dr. Sérgio fez um paralelo com a questão do cadastro, sugerindo que o estado
871 forneça apoio jurídico para os indivíduos que necessitam de defesa, como
872 advogados cadastrados, já que o estado custeia esse tipo de serviço. Ele usou
873 um exemplo de um advogado que, muitas vezes, é indicado pelo cadastro de
874 defensores públicos do estado. **Rila Arruda** informou então para uma análise
875 de propostas que envolvem a elaboração e a melhoria do cadastro de
876 pesquisadores culturais, um tema abordado nas oitavas realizadas, ressaltou a
877 importância de exigir qualificação acadêmica (como graduação nas áreas de
878 Humanidades e Artes) para os proponentes de pesquisas culturais, a fim de
879 garantir um maior rigor nos estudos e evitar a publicação de trabalhos sem base
880 científica sólida. Ela explicou que sem esse rigor, qualquer pessoa poderia se
881 intitular "pesquisador" e publicar "pesquisas" sem qualidade, o que
882 comprometeria a veracidade dos dados. Reforçou que a proposta já existe no
883 cadastro, e que qualquer pessoa qualificada poderia se tornar proponente de
884 projetos de pesquisa, o que foi parte de uma discussão maior sobre a
885 necessidade de aprimorar esse cadastro e os programas de apoio à pesquisa
886 cultural. Além disso, o cadastramento de pesquisadores precisa ser melhor
887 redigido para garantir que os programas de pesquisa estejam bem estruturados,
888 como por exemplo, por meio de parcerias ou cooperações técnicas com
889 instituições como o IPHAN, a SEC não possui programas de pesquisa bem
890 definidos, limitando-se a um simples cadastro que serve apenas para identificar
891 e numerar os pesquisadores, sem fornecer um apoio mais substancial ao
892 desenvolvimento de projetos de pesquisa. Sugeriu que esse sistema de cadastro
893 precisaria de uma reformulação, para que os objetivos das propostas fossem
894 melhor compreendidos e aplicados. A equipe de trabalho deveria discutir como
895 esse cadastro poderia ser estruturado para, de fato, gerar resultados práticos
896 para o setor cultural. Dr. Sergio Cruz questionou como os pesquisadores
897 poderiam contribuir para um entendimento mais profundo do cenário cultural, e
898 qual o impacto que essa sistematização teria no desenvolvimento cultural do
899 estado. Continuou explicando que a criação de um setor específico de



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

900 indicadores culturais, com profissionais como economistas, estatísticos,
901 sociólogos e geógrafos, seria uma maneira de fornecer dados quantitativos e
902 qualitativos que ajudassem a traçar um panorama mais claro da realidade
903 cultural. Ele destacou que a maioria das secretarias de cultura não possui esses
904 indicadores, o que dificulta a avaliação e o planejamento de políticas públicas
905 adequadas para o setor. O Plano Nacional de Cultura, criado em 2010, já sugeria
906 a criação desses indicadores, mas, até o momento, essa recomendação nunca
907 foi implementada. **Dr. Sérgio** então abordou a criação de uma lei para fiscalizar
908 os espaços privados de patrimônio cultural que ainda não foram tombados e
909 também as normas para fiscalizar bens tombados. Ele sugeriu que essa
910 fiscalização deveria ser mais rigorosa para garantir que o patrimônio cultural,
911 tanto material quanto imaterial, seja preservado de forma adequada. Também foi
912 discutida a direção de bolsas para pesquisadores de patrimônio histórico e
913 cultural, um ponto importante para viabilizar estudos sobre o tema, um ponto que
914 precisava ser discutido com a Luíza Guglielmini, que tem mais conhecimento
915 sobre o assunto, relacionado ao PCE que estava em andamento na Secretaria
916 de Educação (SEDUC). Ela teve uma experiência positiva em Manacapuru, onde
917 alguns alunos estavam envolvidos em projetos que trabalhavam a questão
918 histórica e cultural da cidade. Eles estavam entusiasmados com a possibilidade
919 de trabalhar com o patrimônio cultural local, o que mostrou o potencial de
920 engajamento e valorização do patrimônio nas comunidades. A conversa seguiu
921 para a análise da viabilidade de encaixar os pesquisadores no programa de
922 bolsas e estudos voltados ao patrimônio cultural, sugerindo a necessidade de
923 aumentar os recursos e ampliar os apoios para viabilizar essas pesquisas. Ele
924 comentou que, muitas vezes, os acordos de cooperação técnica com o setor
925 público produzem resultados simples, como cartilhas, sem grandes impactos. No
926 entanto, citou como exemplo o museu da cidade, que recebeu recursos para a
927 criação de um fundo de patrimônio cultural, um modelo que poderia ser replicado
928 em outras áreas. Ele também comentou sobre o recente lançamento de um
929 fundo nacional de patrimônio cultural, criado agora, mas que ainda precisa ser
930 regulamentado. Dr. Sérgio indicou que, apesar da criação do fundo, ainda faltam
931 definições claras sobre como ele será regulamentado e implementado. Criação
932 de indicadores sobre os bens tombados e registrados. Marcelo Dias mencionou
933 que a intenção é levantar informações sobre esses bens e desenvolver ações
934 para monitorá-los e preservá-los de maneira eficiente. Para isso, é necessário
935 capacitar as pessoas envolvidas na gestão do patrimônio, garantindo que
936 possam lidar com o patrimônio material e imaterial de forma adequada. Uma das
937 ações planejadas é realizar parcerias com os municípios para levantar dados
938 sobre o patrimônio local, incluindo identidade e memória, criando um diagnóstico
939 detalhado dos bens tombados e registrados. O objetivo é usar esses dados para
940 criar indicadores específicos, que ajudarão a acompanhar o estado de
941 conservação desses bens e orientar políticas de preservação. Além disso, há
942 planos para a criação de documentos orientadores e cartilhas educativas sobre



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

943 patrimônio material e imaterial. Essas cartilhas serão distribuídas para
944 conscientizar a população sobre a importância da preservação do patrimônio
945 cultural. Também foi proposta a formação de uma comissão intergestores
946 estaduais, que lidaria com bens históricos, sejam eles tombados ou não,
947 discutindo a gestão e a preservação desses bens. Por fim, foi mencionada a
948 reativação da "Academia do Estudante", uma iniciativa criada há cerca de 15 a
949 20 anos por um professor. A academia tinha como objetivo reunir informações
950 históricas e de patrimônio, além de transcrever dados para desenvolver projetos,
951 como os relacionados à dengue. A academia também preservava um memorial
952 com registros históricos, servindo como base para diversos projetos acadêmicos
953 e culturais. A criação de ações permanentes para levar tecnologia e internet às
954 bibliotecas municipais e comunitárias, promovendo a modernização desses
955 espaços. A ideia é apoiar a transformação digital e a inclusão tecnológica nas
956 bibliotecas, facilitando o acesso ao conteúdo e melhorando os serviços
957 prestados ao público. Além disso, foram sugeridos editais para apoiar estudos e
958 pesquisas em sítios arqueológicos e sobre as memórias dos povos indígenas e
959 comunidades tradicionais. O objetivo é reconhecer e fortalecer o patrimônio
960 histórico e cultural, tanto material quanto imaterial, dessas comunidades,
961 buscando preservar e promover suas culturas. O governo propôs também a
962 criação de parcerias com entidades e municípios para viabilizar essas atividades
963 de preservação. A ideia é fortalecer os centros de referência cultural e realizar a
964 digitalização de documentos e periódicos, o que contribuiria para a preservação
965 da memória cultural do Amazonas e a melhoria no atendimento à população e
966 aos visitantes. Outro ponto abordado foi a importância de incentivar a inovação
967 nas bibliotecas públicas e comunitárias, buscando parcerias com a Secretaria
968 Estadual de Cultura para obter recursos e modernizar esses espaços, utilizando
969 tecnologias que ajudem na catalogação de materiais e na preservação de
970 acervos permanentes. A criação de centros de memória e arquivos foi discutida,
971 visando preservar as histórias e culturas locais. Esses centros poderiam oferecer
972 atividades culturais acessíveis para a população, com foco em grupos
973 específicos como indígenas, LGBTQIAPN+, idosos e outros grupos em situação
974 de vulnerabilidade. A criação de museus virtuais também foi sugerida, como o
975 "Museu Virtual da Amazônia", com o intuito de disponibilizar digitalmente o
976 acervo cultural para uma maior difusão e acesso. O fortalecimento da
977 preservação do patrimônio cultural também incluiria a criação de programas de
978 restauração de prédios históricos e o combate à deterioração do patrimônio no
979 estado. Para isso, seriam necessárias propostas de lei para a Assembleia
980 Legislativa, com o objetivo de garantir os recursos e políticas necessárias para
981 a manutenção desses espaços históricos. Por fim, foi comentado que algumas
982 dessas propostas já haviam sido apresentadas anteriormente nos municípios,
983 mas não foram aprovadas na Conferência Estadual. A ideia é retomar e adaptar
984 essas propostas, utilizando as boas ideias e desenvolvendo soluções viáveis,
985 como a criação de museus virtuais que já existem, como a antiga Biblioteca



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

986 Virtual da Secretaria de Cultura, que agora virou o Centro de Memória. **Marcelo**
987 **Dias** informou que precisaria se ausentar devido a compromissos com outras
988 agendas. Ele explicou que estava com duas reuniões agendadas: uma
989 relacionada ao Sistema Nacional de Cultura e outra com o professor João, que
990 o convocou para uma reunião na Funarte. Antes de sair, comentou sobre uma
991 sugestão que já havia defendido em reuniões anteriores, a respeito de um
992 festival. Ele propôs que fosse enviado um termo de adesão aos municípios, que
993 ficariam responsáveis por realizar o mapeamento e diagnóstico necessários. Os
994 municípios que aderirem a essa iniciativa devem cumprir as tarefas propostas,
995 tornando essas obrigações obrigatórias. Também fez uma crítica à situação dos
996 secretários de cultura nos municípios, destacando que muitos deles não
997 possuem a qualificação necessária para o cargo, o que compromete a gestão
998 cultural. A era de preencher cargos com pessoas sem a devida capacidade já
999 passou, e sugeriu que os municípios passem a cobrar mais rigor na seleção de
1000 seus gestores culturais. Ele mencionou que, em seu tempo no Ministério da
1001 Cultura, tem percebido um aumento na pressão tanto do estado quanto do
1002 governo federal sobre os municípios, e destacou que, embora os gestores
1003 culturais possam ser cobrados, também é necessário que eles cumpram suas
1004 obrigações. Falou sobre a importância dos indicadores dentro do Sistema
1005 Estadual de Cultura, enfatizando que a criação de indicadores é uma etapa
1006 necessária, sem a qual não há avanço possível. Ele ressaltou que todos os
1007 Centros deverão fornecer métricas e dados para esse processo, algo que é
1008 inevitável. Também reforçou que o ACT é obrigatório, mencionando que a
1009 adesão dos municípios a esse acordo é essencial para que as entregas possam
1010 ser feitas, permitindo assim a realização de um diagnóstico. Como mencionado
1011 por outros participantes, como Mauro, durante a manhã, o mapeamento dos
1012 dados será crucial para gerar esses indicadores. Os indicadores serão o
1013 resultado desse trabalho de mapeamento e diagnóstico. Em seguida, explicou
1014 que o ciclo do processo começa com a ideia inicial de Luiza, que consiste em
1015 um instrumento administrativo simples, o ACT, que não envolve recursos
1016 financeiros, mas que servirá para entrar na métrica do mapeamento e
1017 diagnóstico. A partir daí, será possível obter números concretos, como a
1018 quantidade de imóveis a serem preservados, por exemplo, 10 imóveis na capital
1019 e 20 no interior, sendo que 8 desses imóveis seriam de patrimônio material e 12
1020 de patrimônio imaterial, ou a divisão inversa. A mensuração desses dados será
1021 possível graças a uma plataforma de integração, que possibilitará a conexão de
1022 informações entre os níveis municipal, estadual e federal. O governo do estado
1023 está em negociação com o governo federal para estabelecer essa conexão, um
1024 processo que envolve protocolos técnicos, como TCP/IP. A doutora Luciane está
1025 envolvida nesse processo de negociação, e que em breve haveria novidades
1026 sobre isso, as plataformas municipais, estaduais e federais precisarão conversar
1027 entre si para garantir a integridade dos dados e facilitar o uso dos indicadores.
1028 Os indicadores estarão disponíveis dentro desse sistema integrado, e abriu



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1029 espaço para mais perguntas ou esclarecimentos sobre o assunto. **Dr. Sérgio**
1030 **Cruz** afirmou que era basicamente isso. Disse que o Marcelo Dias também havia
1031 apresentado uma lista de propostas. **Marcelo Dias** disse que o Dr. Sérgio Cruz
1032 havia mencionado dois itens, indicadores e um item anterior, e perguntou se ele
1033 havia falado rapidamente sobre isso, pois estava se perdendo devido à
1034 quantidade de informações que estava compartilhando. **Dr. Sérgio Cruz** então
1035 questionou se Marcelo estava dizendo que o que ele havia mencionado era
1036 sobre a capacitação, a qualificação. **Marcelo Dias** confirmou que o correto era
1037 "qualificação" e mencionou uma conversa prévia sobre o tema. Explicou que a
1038 qualificação envolve a valorização da identidade, do patrimônio e da memória,
1039 qualificar é criar ações e estruturas bem definidas, com diretrizes específicas e
1040 muitas ações relacionadas a essas diretrizes. As estratégias podem ser menos
1041 numerosas, mas devem ser bem delineadas e conectadas aos indicadores, que
1042 eram o primeiro item mencionado. O objetivo seria amarrar essa estruturação
1043 dentro de um arcabouço programático e administrativo, mesmo que difícil de
1044 mensurar em termos de valores financeiros. Ele enfatizou a importância de
1045 qualificar a estrutura com ações, diretrizes e estratégias, sempre com
1046 indicadores claros. **Dr. Sérgio Cruz** concordou, dizendo que Marcelo havia
1047 explicado bem e reafirmou que estavam satisfeitos com suas justificativas e
1048 participação. **Marcelo Dias** finalizou, agradecendo, mencionando a colaboração
1049 de várias pessoas importantes, como Rila Arruda, Luiza Guglielmini e Mauro
1050 Dourado do governo federal. Agradeceu ao Dr. Sérgio, Simone e Jennifer pela
1051 colaboração. Explicou que tinha outras agendas, mas que não podia deixar de
1052 estar presente naquele momento devido à importância do tema sobre o
1053 patrimônio. **Marcelo Dias** perguntou se as rodadas haviam terminado e se
1054 haveria algo mais após isso. **Dr. Sérgio Cruz** respondeu que, na verdade, ainda
1055 haveria mais um complemento, com 2 pontos que não haviam sido discutidos
1056 por completo. Comentou que seja feita alguma coisa ligada à rede, ligada a lei,
1057 a criação de um museu online, que poderia ser desenvolvido sem problemas.
1058 Em relação à lei, ele destaca que ainda não existe uma legislação específica
1059 para a restauração e manutenção de prédios tombados. Explica que, ao criar
1060 uma lei ou um incentivo, há um impacto na administração pública, como a
1061 necessidade de incluir o orçamento na Secretaria da Fazenda e no Plano
1062 Plurianual (PPA) do governo. Apesar dessa complexidade, o plano estadual com
1063 uma duração de 10 anos pode tornar viável a ação proposta. **Rila Arruda** e
1064 seus principais pontos são os seguintes: destaca a importância de corrigir alguns
1065 termos no documento ou proposta. Certas expressões são redundantes ou
1066 desnecessárias, defendendo a manutenção da ideia original, mas com ajustes
1067 textuais. Compartilhou uma experiência de aprendizado no Fórum Nacional de
1068 Museus, onde observou que o termo "capacitação" foi criticado por ser visto
1069 como ableísta (implicando que as pessoas precisam ser "consertadas" ou
1070 "melhoradas"). Ela sugere substituí-lo por termos como "treinamento" ou
1071 "formação", que são mais inclusivos e menos condescendentes. Fala também



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1072 sobre a sugestão de criação de um museu online, que estaria vinculado ao
1073 patrimônio cultural do estado. A proposta permitiria que todos os municípios
1074 contribuíssem para um arquivo digital, tornando-o um espaço coletivo e virtual
1075 para os museus e materiais culturais do estado. Ela menciona a importância dos
1076 arquivos nos municípios, destacando que, embora muitos municípios possuam
1077 arquivos públicos, esses geralmente são negligenciados e não são mantidos no
1078 seu contexto cultural. Enfatiza a necessidade de "patrimonializar" esses
1079 arquivos, ou seja, tratá-los como patrimônios culturais, para que sejam
1080 reconhecidos como recursos históricos valiosos. Apoia a ideia de requalificar os
1081 arquivos públicos e municipais, transformando-os em espaços reconhecidos
1082 pelo seu valor histórico e cultural. Ela defende um melhor reconhecimento e
1083 cuidado desses arquivos para preservar sua importância cultural, ligando isso à
1084 ideia de "patrimonialização" ou de tornar esses arquivos parte do patrimônio
1085 cultural mais amplo. Comenta que os arquivos sempre são esquecidos, e que
1086 fazem parte do acervo de documentação da SEC, o acervo digital também
1087 pertence aos arquivos. Ela propõe que o Centro de Memória pode incluir
1088 arquivos históricos, bibliotecas históricas e museus históricos. Ela explica que
1089 estava trabalhando na patrimonialização de museus, estados e cidades,
1090 considerando-os como patrimônio histórico, incluindo também os arquivos.
1091 Também sugere a criação de um museu virtual com a participação dos
1092 municípios, para alimentar o acervo digital, destacando a ideia de um "Museu
1093 Virtual do Amazonas". O centro de memória pode abranger arquivos históricos,
1094 bibliotecas históricas e museus históricos. Ela menciona estar realizando um
1095 trabalho de patrimonialização, considerando os museus, os estados e as cidades
1096 como patrimônio histórico. Ressalta a importância dos arquivos, afirmando que
1097 mesmo os arquivos mais específicos fazem parte dessa preservação. Em
1098 seguida, ela propõe a criação de um museu virtual, com a possibilidade de os
1099 municípios alimentarem os dados, destacando a ideia de um "Museu Virtual do
1100 Amazonas" com a participação dos municípios. Esclarece que o projeto do
1101 museu virtual não é exatamente o que Mauro Dourado perguntou. Ela explica
1102 que, na verdade, a ideia é de um museu virtual do Amazonas, alimentado pelos
1103 municípios, com imagens de objetos, vídeos e depoimentos, conforme o material
1104 disponível em cada local. **Mauro Dourado**, então, pergunta se a plataforma seria
1105 uma base de dados digital, e **Rila Arruda** responde que, embora um museu
1106 virtual seja similar a uma plataforma de documentação, ele é distinto de uma
1107 simples visita virtual. Ela compara com museus presenciais, como o Louvre,
1108 que têm visitas virtuais, mas ela imagina que o objetivo seja criar um museu
1109 online acessível por meio da internet, com conteúdo de todos os municípios.
1110 Acredita que esse museu reuniria imagens e informações históricas de diversos
1111 municípios e seria alimentado por dados dos próprios locais, embora o tema do
1112 projeto ainda não tenha sido definido. Ainda não existe um museu com esse
1113 formato e que a proposta seria uma forma de resgatar e disponibilizar a história
1114 do Amazonas. **Pedro Mansour** começa abordando a ideia do museu virtual,



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1115 destacando sua relevância, especialmente em locais que não têm infraestrutura
1116 para museus físicos. Ele acredita que tanto acervos digitais quanto físicos devem
1117 ser preservados, independentemente de sua forma, e menciona que existem
1118 diversos modelos de museus virtuais no mundo, incluindo os que oferecem
1119 visitas virtuais, como o Louvre, e outros no Brasil, como no Rio de Janeiro.
1120 Ele considera que, para a realidade do Amazonas, dada sua imensidão e
1121 diversidade, a criação de um museu virtual seria uma opção viável. Contudo, ele
1122 observa que é necessário definir como será implementado, se será um museu
1123 estadual ou municipal. Pedro vê como mais viável a criação de um museu
1124 estadual que possa atender aos acervos de vários municípios, agregando
1125 conteúdos de diferentes locais. Ele também acredita que a partir dessa estrutura,
1126 pode-se contemplar tanto um museu maior quanto os pequenos museus
1127 municipais, adequados a cada realidade local. Pedro enfatiza que, com a
1128 tecnologia disponível, a criação de um museu virtual é uma possibilidade real,
1129 viável e necessária, especialmente para preservar e divulgar o patrimônio
1130 cultural. **Rila Arruda** menciona o exemplo da Biblioteca Nacional, destacando
1131 sua plataforma digital, a "Hemeroteca Digital", que oferece acesso a jornais de
1132 todos os estados do Brasil. Ele faz referência à qualidade desse serviço,
1133 afirmando que é incrível o acervo disponível. **Pedro Mansour** concorda,
1134 reforçando a ideia de que a Biblioteca Nacional oferece um ótimo exemplo. É
1135 possível ter acesso a uma grande variedade de materiais, incluindo jornais e
1136 obras de arte. Mansour destaca que esse modelo de acesso digital já existe no
1137 Brasil, e ele acredita que é viável aplicar um modelo semelhante para museus e
1138 acervos culturais do Amazonas. Ele considera que a implementação desse tipo
1139 de serviço é real e prática, dada a experiência já existente em nível nacional, e
1140 reafirma a viabilidade do projeto. **Mauro Dourado** compartilha sua opinião sobre
1141 a proposta de criar um museu virtual, destacando que o debate é bastante
1142 plausível. Ele retoma uma discussão anterior, mencionando a questão
1143 orçamentária e o impacto financeiro que a construção e manutenção de um
1144 museu, seja ele físico ou virtual, exigem. Mauro observa que, embora um museu
1145 online possa parecer ter custos mais simplificados, ele também envolve altos
1146 custos, tanto para sua construção quanto para a manutenção contínua. Ele
1147 expressa preocupação com o aspecto orçamentário, enfatizando a necessidade
1148 de garantir uma fonte de financiamento estável para que o projeto seja viável e
1149 mantenha-se em funcionamento a longo prazo. Mauro conclui ressaltando a
1150 importância de prever essa questão financeira, para assegurar que as ações do
1151 projeto possam ser realizadas de fato. **Pedro Mansour** concorda com Mauro
1152 Dourado sobre a importância de garantir a viabilidade orçamentária para a
1153 criação e manutenção de museus virtuais. Ele destaca a necessidade de
1154 infraestrutura, como servidores, para armazenar os acervos digitais, o que
1155 envolve custos significativos. Em seguida, ele sugere que o grupo se aprofunde
1156 no estudo das novas legislações relacionadas ao orçamento para a cultura,
1157 especialmente as que tratam de fontes de financiamento. Ele enfatiza a



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1158 importância de conhecer essas leis para orientar a formulação de políticas
1159 públicas eficazes no estado. Pedro também menciona que o Congresso já está
1160 avançando nesse sentido, e acredita que Mauro, com mais acesso a essas
1161 informações, pode contribuir ainda mais nesse estudo. **Rila Arruda** sugere que
1162 no item: Investir em inovação tecnológica, como o uso de realidade virtual,
1163 poderia ser uma das ações essenciais para um museu online, ajudando na
1164 preservação do patrimônio cultural. Em seguida faz um comentário sobre o atual
1165 trabalho do IBRAM, que está buscando recursos para incentivar que os museus
1166 brasileiros captem fomento relacionado à ciência e à tecnologia, tem uma lei
1167 específica para apoiar esses esforços, embora sua utilização pelos
1168 equipamentos culturais ainda seja limitada. Ele também explica que essa lei, que
1169 visa integrar ciência, tecnologia e inovação ao mundo dos museus, poderia ser
1170 muito útil. Além disso, aponta que o IBRAM está trabalhando para incentivar a
1171 utilização dessa lei, alinhando-a com o Plano Nacional Setorial de Museus.
1172 Conclui com a importância de integrar a inovação tecnológica nas propostas de
1173 preservação do patrimônio, como uma forma de modernizar e aumentar o
1174 impacto das ações culturais. **Mauro Dourado** concorda com a proposta de usar
1175 a inovação tecnológica no museu virtual, afirmando que não seria possível
1176 realizar um projeto dessa magnitude sem incorporar esse aspecto tecnológico.
1177 Ele destaca que as duas ações a criação de um museu virtual e a inovação
1178 tecnológica estão intimamente relacionadas, com uma complementando e
1179 potencializando a outra. Para ele, a integração dessas duas ideias é essencial
1180 para o sucesso da proposta. **Dr. Sérgio Cruz** esclareceu que o projeto está
1181 planejado para um período de 10 anos, e que, após esse tempo, será necessário
1182 sentar com os órgãos responsáveis para discutir como tirar o projeto do papel.
1183 Ele ressaltou que esse é um dos pontos que será levado para a SEFAZ, com o
1184 objetivo de mostrar que é possível executar o projeto. sugeriu que uma das
1185 primeiras etapas seria calcular o quanto seria necessário investir para realizar o
1186 projeto, dividindo-o em etapas. A primeira etapa envolveria a digitalização do
1187 acervo, seguida pela realização de oficinas, tanto nos municípios quanto na
1188 capital, para que todos compreendessem o processo. Após essa fase, a
1189 digitalização seria concluída, e o acervo seria estruturado para integrar o museu
1190 online. Ele também mencionou a necessidade de definir como seria feita a
1191 manutenção anual do museu online. A previsão é que, se cada etapa for
1192 concluída dentro de um ano, o museu online estaria pronto no sétimo ou oitavo
1193 ano do projeto. Falou sobre a possível criação de um museu online, que seria
1194 um museu virtual com a alimentação de dados proveniente dos municípios. Esse
1195 museu virtual do Amazonas teria o objetivo de realizar um trabalho de
1196 "Patrimonialização", qualificando os arquivos estaduais e municipais como
1197 patrimônio histórico. Também ressaltou a importância de incorporar, na criação
1198 desse museu virtual, a questão do investimento em inovação tecnológica. **Rila**
1199 **Arruda** destacou que a criação do museu virtual do Amazonas poderia ser feita
1200 em duas frentes diferentes, mas que uma pode ajudar a outra. Ela mencionou



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1201 que o museu seria alimentado pelos dados dos 62 municípios do Amazonas e
1202 que seria essencial investir em inovação tecnológica para preservar o patrimônio
1203 cultural. A preservação do patrimônio cultural, deve ser feita utilizando
1204 ferramentas como realidade virtual, realidade aumentada e inteligência artificial.
1205 Enfatizou duas ações específicas que são importantes: a inventariação e
1206 preservação dos sítios arqueológicos de interesse dos povos indígenas, tanto
1207 dentro quanto fora de suas técnicas. Ela questionou se essas ações foram
1208 consideradas no planejamento. Comentou sobre as bibliotecas, perguntando se
1209 Marilane já havia colaborado pela manhã, não sabia quantas estavam no item
1210 3.2, já que não estava presente na reunião anterior. disse que só tem escrito
1211 Passos, repositório da história, não sabe se esse repositório contempla
1212 bibliotecas, museus e arquivos. Também discutiu sobre a importância de
1213 fortalecer centros de referências culturais, com digitalização periódica de
1214 documentos e acervos, envolvendo museus, arquivos e bibliotecas. Esses
1215 centros de memória poderiam ser qualquer lugar de relevância cultural, como a
1216 comunidade, por exemplo. No entanto, não tinha clareza sobre o conceito de
1217 "centros de memória", mas sugeriu que poderiam ser museus, arquivos e
1218 bibliotecas. Quando a ideia das bibliotecas municipais e comunitárias foi
1219 mencionada, a Secretaria de Cultura deveria equipar as bibliotecas com internet,
1220 tecnologia e infraestrutura para melhorar a catalogação e o atendimento à
1221 população, criando novos acervos digitais. Em seguida, realizar criação de
1222 projetos com a Secretaria Municipal de Cultura, em parceria com a Secretaria
1223 Estadual, para buscar recursos, inovação e modernização, o que se conectava
1224 com a proposta anterior. Rila também falou sobre a criação de casas e museus
1225 para preservar a memória das culturas do Amazonas, mencionando que, embora
1226 as cidades do interior muitas vezes não possuam museus, existem casos, como
1227 o Museu Indígena em Benjamin Constant, o Museu do Homem em Maués e o
1228 Museu de Balbina, que já não existe mais. Mencionou os museus comunitários
1229 em áreas quilombolas e indígenas, e destacou que não havia recursos para
1230 mapear e apoiar essas iniciativas, que começaram com Alfredo Wagner da UEA.
1231 Ficou sabendo que estão sendo criados museus, como o Museu Carapana na
1232 área rural, mas não sabe como está. Eco-Museu em Manaus, mantido pela
1233 comunidade com apoio da SEMED. Enfim, existem questões no interior que
1234 justificam a compreensão das propostas de criação de museus. Esclareceu que
1235 não cabe à SEC criar museus municipais, uma responsabilidade das prefeituras,
1236 e não da SEC. A SEC pode ajudar a incentivar, mas não tem a responsabilidade
1237 de criar museus municipais. O Estado poderia criar museus por calhas ou polos,
1238 visando à descentralização da cultura da capital. Também foi destacado que o
1239 Estado poderia manter o museu virtual, com a alimentação dos dados pelos
1240 municípios. **Pedro Mansour** iniciou mencionando que muitas das questões
1241 discutidas estão ligadas aos municípios, e pelo menos cinco dessas questões
1242 envolvem ações municipais. Ele questionou se os municípios teriam condições
1243 de implementar essas ações e até que ponto o Estado poderia intervir nesse



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1244 processo. Afirmou que esse ponto precisa estar claro no documento, pois o plano
1245 abrange ações para os próximos 10 anos. Ele também destacou que seria
1246 necessário pontuar essas questões, já que existem muitas bibliotecas
1247 municipais. Algumas dessas bibliotecas já existem, principalmente em escolas
1248 públicas municipais e estaduais, e são serviços que precisam ser considerados
1249 no contexto atual, com o apoio do poder público, estadual, municipal e federal,
1250 esses modelos podem, sim, se tornar parte da realidade dos municípios nos
1251 próximos anos. Contudo, ele enfatizou que a participação ativa dos municípios e
1252 da sociedade civil seria essencial para que isso acontecesse, com o
1253 envolvimento de artistas e outros profissionais da cultura. Ele concluiu que,
1254 embora Manaus seja o grande centro cultural do estado, muitas ações culturais
1255 não se estendem adequadamente para as áreas metropolitanas e municípios
1256 vizinhos, o que exige uma discussão mais ampla sobre essas questões. **Luiza**
1257 **Guglielmini** disse que essas ações terão que ficar acordadas lá no ACT mesmo.
1258 Responsabilidades municipais, porque se não, ainda que o estado crie, eles não
1259 vão ter como manter. **Dr. Sergio Cruz** disse que para isso que existe a PNAB,
1260 para isso que eles propuseram a criação do fundo. Comentou sobre a relação
1261 entre o Estado e os municípios, destacando que o Estado não pode interferir
1262 diretamente nas questões municipais. Ele afirmou que não se pode obrigar os
1263 municípios a realizarem determinadas ações, mas é possível incentivá-los, como
1264 já foi mencionado anteriormente. A estratégia seria promover oficinas e outras
1265 atividades como formas de adesão voluntária, ou seja, os municípios só se
1266 comprometeriam com os projetos caso participassem das oficinas. Ele sugeriu
1267 que, inicialmente, seria necessário realizar oficinas para capacitar os envolvidos
1268 e, a partir disso, abrir a possibilidade de adesão dos municípios. Após esse
1269 processo, seria possível avançar para a próxima etapa, onde os municípios
1270 poderiam se comprometer formalmente e, com o apoio do Estado, transformar
1271 os projetos em realidade. Ele também mencionou a necessidade de encontrar
1272 formas de manter os projetos a longo prazo, com a participação contínua dos
1273 municípios. Quanto ao financiamento, sugeriu que as prefeituras poderiam
1274 utilizar incentivos fiscais, como o ICMS e o ISS, para apoiar as iniciativas
1275 culturais. Contudo, ele observou que, em muitas cidades do interior, a situação
1276 financeira das prefeituras é precária, o que dificulta a manutenção até mesmo de
1277 suas próprias estruturas, tornando ainda mais desafiador o financiamento de
1278 projetos culturais. **Pedro Mansour** destacou que a sociedade municipal precisa
1279 estar efetivamente envolvida. Ao falar sobre Manaus e o interior, não se pode
1280 agir como se houvesse conhecimento sobre essas realidades, especialmente
1281 quando, na verdade, não se tem esse conhecimento. Ele também comentou
1282 sobre a importância de se considerar as questões locais, como o exemplo do
1283 PARFOR, que muitas vezes é desconhecido até mesmo pelos prefeitos recém-
1284 eleitos. O processo de liberar professores para as aulas, por exemplo, é uma
1285 tarefa complexa que frequentemente gera conflitos. A participação da sociedade
1286 deve ser ativa e que, para evitar falhas nos governos, é necessário que as ações



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1287 não fiquem pela metade. Essas realidades locais precisam ser pensadas e
1288 abordadas por todos, incluindo os municípios. **Mauro Dourado** disse que talvez
1289 o debate em questão, já tenha transcorrido e ele está participando
1290 excepcionalmente como substituto. Ressaltou a importância de refletir sobre o
1291 desafio da interiorização e descentralização da política cultural, afirmando que
1292 não se deve concentrar as ações apenas na capital, mas garantir que elas sejam
1293 implementadas nos municípios. Ele sugeriu a estruturação de um sistema
1294 estadual de Patrimônio, que se integrasse a um sistema nacional, permitindo que
1295 as prefeituras participassem ativamente, dentro de uma comissão ou sistema.
1296 Para isso, seria necessário desenvolver mecanismos específicos para cada
1297 situação, garantindo a adesão dos municípios a essa política. Caso contrário, o
1298 risco seria de centralizar a política cultural e não cumprir o desafio de sua
1299 interiorização, que é uma questão preocupante para os próximos anos. **Rila**
1300 **Arruda** comentou que, ao ouvir Mauro Dourado, ela gostaria de adiantar um
1301 ponto importante. Ela mencionou que o IBRAM firmou acordos de cooperação
1302 técnica com vários estados brasileiros, incluindo o Amazonas, que já teria
1303 assinado esses acordos. Esses compromissos visam a criação de um sistema
1304 estadual de museus. Arruda ressaltou que, se esse sistema for de fato criado,
1305 será necessário incentivar a participação dos municípios. Ela também destacou
1306 que, no Norte do Brasil, o Pará já possui um sistema estadual de museus. **Pedro**
1307 **Mansour** fez uma observação a partir do que foi falado por Rila Arruda,
1308 destacando que a questão levantada é muito relevante. Ele mencionou que,
1309 embora o sistema de museus no Pará não seja algo recente, é uma iniciativa
1310 importante que pode servir de modelo. Enfatizou a necessidade de pensar
1311 nessas ações como algo que envolva o estado de forma abrangente. Ele sugeriu
1312 que, ao final dos encontros, é essencial sair com um planejamento claro das
1313 ações, para que elas não sejam limitadas a eventos pontuais, mas para que haja
1314 uma visão do estado como um todo. Segundo ele, é preciso envolver os
1315 municípios de maneira efetiva, caso contrário, se perderá tempo e não se
1316 conseguirá cumprir com a proposta. Também expressou o desejo de ampliar a
1317 discussão sobre marcas culturais, como museus e memória, e afirmou que os
1318 aspectos abordados durante o encontro são fundamentais para levar essa
1319 reflexão para a comunidade de maneira bem estruturada. **Rila Arruda** perguntou
1320 a Marilane se existem sistemas de bibliotecas no plano setorial, nacional,
1321 buscando informações sobre como esse tema é abordado dentro das políticas
1322 culturais e de patrimônio no Brasil. **Marilane Pacheco** respondeu à pergunta de
1323 Rila Arruda sobre sistemas de bibliotecas no plano setorial nacional. Ela explicou
1324 que, de acordo com seu conhecimento, existe um Sistema Nacional de
1325 Bibliotecas, mas ele está desatualizado, com mais de dois anos sem grandes
1326 atualizações. A gerência responsável por esse sistema tem tentado atualizá-lo,
1327 mas que ainda não há um panorama completo e atualizado sobre as bibliotecas
1328 que fazem parte dele, especialmente no Amazonas. Ela destacou a falta de
1329 informações claras sobre se essas bibliotecas estão funcionando ou se algumas



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1330 foram fechadas. **Dr. Sérgio Cruz** compartilhou algumas ações e propostas a
1331 partir da discussão até aquele momento. Ele listou as seguintes ações para
1332 considerar: 1. Criar um sistema estadual de Patrimônio, e caso já exista um
1333 sistema nacional, tentar adaptá-lo para o estado. Caso contrário, criar um
1334 formato semelhante aos sistemas de museus e bibliotecas. 2. Interiorizar a
1335 política cultural de Patrimônio, identidade e memória. 3. Criar o sistema estadual
1336 de museus, que ele acreditava já estar em andamento. 4. Criar o sistema
1337 estadual de bibliotecas, destacando que, apesar de o sistema nacional estar
1338 paralisado, seria importante seguir com a criação desse sistema no estado,
1339 mesmo que ainda não tenha avançado. Ele sugeriu que, caso essas ações não
1340 se concretizem de imediato, ao menos fiquem registradas para futuras
1341 iniciativas. Também mencionou a possibilidade de discutir esses sistemas em
1342 detalhes em futuras reuniões, inclusive no próximo ano, para planejar as
1343 estruturas desses sistemas com mais calma. Ele concluiu dizendo que, caso
1344 houvesse tempo, poderia convidar o Turenko para contribuir com a discussão, a
1345 fim de concluir a reunião de forma eficiente. **Mauro Dourado** deu algumas
1346 contribuições importantes durante a reunião. Destacou a necessidade de
1347 distinguir entre restauração, reforma e manutenção quando se fala sobre a
1348 preservação de patrimônios. Segundo Mauro, muitas das intervenções feitas,
1349 especialmente nas igrejas do centro histórico, são reformas, e não
1350 necessariamente restaurações, que são processos mais específicos e
1351 complexos. Ele sugeriu que a palavra "reforma" fosse acrescentada ao
1352 documento para refletir melhor as práticas atuais. Além disso, relatou que há um
1353 déficit no Amazonas de profissionais especializados em restauração. Ele
1354 mencionou que não há técnicos suficientes para atender à demanda de
1355 restauração de prédios históricos e estátuas, o que é uma necessidade urgente.
1356 Para resolver isso, ele sugeriu a criação de programas de formação para artífices
1357 e profissionais técnicos especializados em restauração, enfatizando a
1358 importância da educação e treinamento contínuo nesse campo para suprir a falta
1359 de mão de obra qualificada. **Dr. Sérgio Cruz e Rila Arruda** abordaram a questão
1360 da formação necessária para profissionais que atuam na área de restauração de
1361 patrimônio histórico. A conversa indicou que a formação pode variar dependendo
1362 da área de especialização. Rila mencionou que é possível ter tanto formação em
1363 nível superior quanto em pós-graduação para atuar em restauração,
1364 dependendo do tipo de restauração, que pode incluir áreas como papel, livros,
1365 obras de arte e edifícios históricos. Eles também destacaram que a formação
1366 poderia ser ampliada com a criação de editais específicos para atender às
1367 demandas do setor, além de discutir a possibilidade de regulamentação de
1368 cursos técnicos ou institucionais, como uma "Escola de Artes e Ofícios" que
1369 poderia oferecer formação profissional de base. No entanto, foi destacado que a
1370 falta de profissionais qualificados na área ainda é um grande desafio, e até
1371 mesmo alguns restauradores conhecidos na área, como Agenor, foram
1372 mencionados como autodidatas, apontando a necessidade de mais capacitação



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1373 formal no estado. **Marilane Pacheco** compartilhou durante a reunião a
1374 necessidade urgente de capacitação em restauração, especialmente para áreas
1375 como a restauração de papel, uma demanda reconhecida no estado. Ela
1376 comentou sobre o diálogo com profissionais da área de restauração e mencionou
1377 que, embora exista a intenção de promover um curso ou oficina, há a
1378 preocupação de que talvez não haja público suficiente para um curso de pós-
1379 graduação. Acredita que, apesar das dificuldades, há um público potencial,
1380 incluindo profissionais já formados que poderiam se beneficiar da
1381 especialização. Ela mencionou uma amiga que está cursando um programa de
1382 restauração na Biblioteca Nacional, mas que a formação só será concluída em
1383 junho do próximo ano, o que leva profissionais a buscar especialização fora do
1384 estado, já que não há uma oferta local. Também sugeriu a ideia de unir forças
1385 para levar adiante a formação em restauração, tanto para prédios quanto para
1386 papel, e destacou que a falta de profissionais qualificados é um grande
1387 obstáculo, se for necessário, a estratégia poderia ser amadurecida para buscar
1388 soluções mais concretas, talvez até mesmo com parcerias externas para suprir
1389 a demanda por profissionais qualificados. **Dr. Sérgio** disse que, embora a
1390 formação de profissionais na área de restauração no Amazonas seja um
1391 processo que pode levar até 10 anos para amadurecer, seria possível iniciar
1392 ações concretas, como convocar o IFAM (Instituto do Patrimônio Histórico e
1393 Artístico Nacional) para avaliar a criação de um curso. A proposta envolve um
1394 possível convênio com instituições como a FAPEAM a UFAM ou a UEA para
1395 oferecer uma formação qualificada, seja de forma presencial ou a distância
1396 (EAD). Ele destacou que, mesmo se o curso não for anual, a formação de turmas
1397 a cada 3 anos ao longo de 10 anos representaria um ganho significativo para o
1398 estado. A qualificação de profissionais não apenas para o Amazonas, mas
1399 também para estados vizinhos como Roraima e Rondônia, que enfrentam
1400 desafios semelhantes em termos de qualificação na área de restauração, seria
1401 um benefício importante. A ideia é criar uma formação superior ou pós-
1402 graduação, com foco na restauração de patrimônio histórico e cultural. **Pedro**
1403 **Mansour** trouxe uma reflexão baseada em uma experiência dos anos 90,
1404 quando cursos técnicos de restauração foram criados. Ele sugeriu que,
1405 considerando o cenário atual, seria viável retomar esse tipo de curso, já que a
1406 formação técnica se adequaria melhor à realidade do estado. Ele mencionou que
1407 grande parte das restaurações realizadas na época foram feitas com equipes
1408 formadas através desses cursos. O estado possui estrutura para viabilizar a
1409 criação de cursos técnicos, com apoio do IPHAM e possíveis parcerias com
1410 instituições particulares. Ele enfatizou a importância de formar equipes técnicas
1411 para garantir a execução das ações propostas no documento, relacionadas à
1412 restauração e preservação do patrimônio. **Dr. Sérgio Cruz** sugeriu a criação de
1413 um curso técnico, mencionando que ele poderia ser implementado pelo CETAM
1414 (Centro de Educação Tecnológica do Amazonas). A ideia seria envolver pessoas
1415 de nível médio, utilizando a estrutura existente do CETAM para oferecer



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1416 formação técnica voltada para o restauro e preservação de patrimônio. Isso
1417 garantiria a formação de profissionais qualificados, mesmo em um nível mais
1418 básico, para atender à demanda de preservação e restauração de patrimônio
1419 histórico. **Mauro Dourado** enfatizou a importância de criar uma proposta de
1420 programa de restauração que considere a formação de profissionais qualificados
1421 no estado. Ele comparou a situação com a arqueologia, destacando que, apesar
1422 da alta demanda por profissionais dessa área, a oferta de formação ainda é
1423 escassa. Dourado argumentou que a falta de prioridade histórica para a
1424 restauração no estado resultou na perda de importantes arquivos e patrimônios.
1425 Por isso, ele sugeriu que qualquer programa de restauração de patrimônio no
1426 Amazonas deve incluir, necessariamente, a formação desses profissionais, o
1427 que poderia ser uma meta ao longo desses 10 anos dentro desse programa.
1428 **Luiza Guglielmini** concordou com Mauro Dourado, afirmando que há sim
1429 demanda para cursos de restauração no Amazonas. Ela mencionou sua
1430 experiência na SEC desde 2019, destacando que sempre que são propostas
1431 oficinas de restauração, elas recebem grande procura, com listas de espera para
1432 as vagas oferecidas. Isso, segundo ela, demonstra que existe um público
1433 interessado e que é necessário buscar formas de atender a essa demanda de
1434 forma eficaz. **Pedro Mansour** falou sobre a experiência dos anos 90, quando
1435 foram realizados cursos de formação técnica, como parte de um esforço mais
1436 amplo para a preservação do patrimônio. Ele destacou que havia uma demanda
1437 por esses cursos, e que muitos patrimônios da cidade foram tombados e
1438 registrados durante esse período. Além disso, ele sugeriu que a parceria entre
1439 diferentes entidades, como o IPHAN, o Liceu e outras instituições de ensino,
1440 poderia ser uma boa estratégia para implementar novamente cursos de
1441 formação técnica em restauração, já que essas parcerias são viáveis dentro da
1442 rede de ensino do estado. No entanto, ele também apontou que, embora o Liceu
1443 tenha experiência na área, ele ainda não está formalmente registrado como uma
1444 instituição de ensino, o que impede a emissão de certificados reconhecidos. **Dr.**
1445 **Sérgio Cruz** está discutindo algumas estratégias para o desenvolvimento do
1446 plano estadual de cultura, enfatizando a importância de criar ideias e planos que
1447 possam ser implementados ao longo do tempo, dentro do período de 10 anos de
1448 validade do plano. Ele também destaca a relevância de estruturar fundos e
1449 parcerias com instituições como a FAPEAM para garantir a execução desses
1450 projetos. Além disso, ele faz uma recapitulação das ações propostas, como
1451 editais para apoiar a pesquisa e preservação de sítios arqueológicos, a criação
1452 de um museu virtual do Amazonas e a qualificação de arquivos estaduais e
1453 municipais como Patrimônio Histórico. Ele menciona também o uso de inovações
1454 tecnológicas, como realidade virtual, aumentada e inteligência artificial, para
1455 preservar o patrimônio cultural. A ideia de criar um sistema estadual de
1456 Patrimônio, inspirado em modelos nacionais ou regionais, também é abordada,
1457 assim como a necessidade de interiorizar as políticas culturais de patrimônio,
1458 identidade e memória. A questão sobre a existência ou criação de um Sistema



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1459 Estadual de Museus foi levantada, mas ainda precisa ser confirmada. **Aline**
1460 **Santana** que é diretora do departamento de museus, confirma que ainda não
1461 existe esse sistema no estado. **Turenko Beça**, por sua vez, afirma que não tem
1462 a informação mais precisa, mas acredita que o sistema estadual de museus
1463 ainda não foi estabelecido. Ambos reconhecem a importância de discutir essa
1464 estruturação no contexto das políticas culturais. **Aline Santana**, ao responder
1465 sobre a criação de um Sistema Estadual de Museus, confirma que ainda não
1466 existe esse sistema no estado. Ela menciona que, recentemente, participou de
1467 um fórum nacional em Fortaleza, onde representantes de outros estados,
1468 incluindo alguns que ainda não possuem um sistema estadual estruturado, para
1469 estabelecer esse sistema, é necessário um esforço conjunto para mapear e
1470 identificar os museus e pontos de memória existentes. Ela também enfatiza a
1471 importância de contar com um museólogo na equipe, pois é um profissional
1472 essencial para validar e assinar os documentos necessários para a construção
1473 e implementação do sistema. Sem esse profissional, ela explica que fica difícil
1474 efetivar o projeto. **Dr. Sérgio Cruz** fez uma revisão do plano estadual de cultura,
1475 destacando diversos pontos importantes. Ele mencionou que o plano já inclui a
1476 criação de indicadores para os museus existentes e o levantamento desses
1477 museus como parte da estratégia. Também está prevista a criação de um centro
1478 de digitalização no estado e um programa de monitoramento para museus vivos
1479 e comunitários, com foco em sua estruturação física. Haverá um trabalho de
1480 levantamento dos museus no interior, em parceria com os municípios. O plano
1481 ainda inclui o cadastro de profissionais como cientistas e pesquisadores que
1482 trabalham com patrimônio cultural e museus. Além disso, está prevista a criação
1483 de sistemas estaduais para bibliotecas e museus e um programa de restauração
1484 e manutenção de prédios tombados. A criação de um fundo cultural também foi
1485 mencionada como uma das ações para viabilizar essas iniciativas. Destacou a
1486 importância de ações e metas estratégicas que envolvam arquivos e museus, e
1487 sugeriu a formação continuada em serviço como uma maneira de desenvolver e
1488 fortalecer essas áreas. O objetivo final é garantir que todas essas iniciativas
1489 estejam bem integradas e estruturadas dentro do plano estadual de cultura. **Dr.**
1490 **Sérgio Cruz** sugeriu a criação de oficinas como parte do plano estadual de
1491 cultura, com o objetivo de demonstrar e sistematizar a criação de centros de
1492 digitalização. Ele destacou que, embora as oficinas geralmente sejam populares
1493 e lotem rapidamente, o propósito dessas atividades seria apresentar a estrutura
1494 e os processos envolvidos, especialmente para os municípios. No entanto, ele
1495 ressaltou que o plano estadual de cultura não pode impor ações aos municípios,
1496 mas sim convidá-los a participar voluntariamente. A proposta é realizar oficinas
1497 que possam alcançar municípios, inclusive de forma virtual, para que esses
1498 entes possam conhecer as ferramentas e os processos envolvidos. Os
1499 municípios interessados poderiam aderir aos projetos do estado relacionados a
1500 essa iniciativa, caso desejem participar ou ser contemplados com apoio para
1501 implementá-los. **Turenko Beça** comentou sobre a importância das oficinas para



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1502 o estado, destacando que, no departamento de Museus, há uma rotatividade
1503 significativa de estagiários e que a catalogação de acervos exige mão-de-obra
1504 qualificada, equipamentos adequados e treinamento específico. Ele ressaltou
1505 que, além do uso de plugins ou softwares, é necessário seguir procedimentos
1506 formais de Museologia, que envolvem conhecimento técnico. Ele mencionou a
1507 experiência de Aline, que está lidando com os mesmos desafios no
1508 departamento. Ele também apontou a necessidade de treinamento constante e
1509 investimento em equipamentos de boa qualidade, especialmente computadores
1510 que consigam lidar com grandes volumes de imagens, essenciais para o trabalho
1511 de museus. Além disso, ele falou sobre a importância dos planos museológicos,
1512 afirmando que mais treinamento e investimentos são essenciais para a melhoria
1513 do setor. **Dr. Sergio Cruz** sugeriu a inclusão de cursos de arquivologia ou áreas
1514 relacionadas, como uma possível solução para qualificar a mão-de-obra e
1515 melhorar as condições de trabalho. **Turenko Beça** também lamentou a falta de
1516 cursos de Museologia em Manaus, o que dificulta ainda mais a capacitação local
1517 na área. **Dr. Sérgio Cruz** sugeriu a possibilidade de abrir um curso de pós-
1518 graduação em Museus e Museologia pelo CETAM. **Aline Santana**, por sua vez,
1519 comentou que já houve a oferta de cursos de pós-graduação nessa área
1520 anteriormente, mais especificamente entre os anos de 2001 e 2002, durante a
1521 gestão passada do secretário de Cultura, quando foi feito um esforço para
1522 oferecer essa formação. **Rila Arruda** explicou que não é possível oferecer uma
1523 pós-graduação ou formação em Museologia sem que a pessoa tenha a
1524 graduação na área, já que, para ser considerado museólogo, é necessário ter
1525 um diploma de graduação reconhecido pela legislação federal de Museologia.
1526 Aline Santana explicou que sua proposta não se refere à certificação de
1527 Museologia para assinar documentos, mas sim à capacitação e ao conhecimento
1528 necessário para gerenciar equipes, especialmente em relação a tarefas como
1529 inventário, catalogação de acervo e outras atividades técnicas. Ela destacou que
1530 a deficiência atual é na formação de técnicos, estagiários e até dos gerentes dos
1531 museus sob a administração da Secretaria de Cultura, o que impacta a qualidade
1532 e a eficiência do trabalho realizado. Ela sugeriu que a capacitação seja focada
1533 em evitar retrabalho e garantir que as ações sejam feitas de forma correta e
1534 alinhada. **Rila Arruda** destacou que, por meio do CETAM, seria possível criar
1535 cursos técnicos nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, como
1536 os cursos técnicos já existentes. Ela mencionou que a UFAM havia oferecido
1537 uma especialização na área de Museologia por um tempo, mas que a
1538 continuidade não foi viável devido à falta de um quadro técnico adequado na
1539 universidade. Ela ressaltou que, para implementar um curso de graduação em
1540 Museologia, como proposto pelo movimento nacional, seria necessário que a
1541 Ufam criasse um quadro de pessoal adequado e realizasse concursos, uma vez
1542 que, atualmente, o departamento conta com apenas dois profissionais
1543 especializados na área, como a técnica do Museu Amazônico, Rosemary, e as
1544 professoras Guilhermina e Regina, da área de Biblioteconomia. **Dr. Sérgio Cruz**



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1545 relatou que Marilane mencionou que a arquivologia é um curso de nível superior,
1546 ou seja, uma graduação. As funções como a de auxiliar de biblioteca são
1547 consideradas técnicas, e que o curso de técnico em restauro é voltado para essa
1548 área específica, que exige conhecimentos distintos. O trabalho no setor de
1549 museus, assim como na área de restauro, envolve diversas vertentes, e que os
1550 auxiliares em áreas como bibliotecas, arquivos e museus desempenham papéis
1551 técnicos, mas não requerem uma formação superior. O Sistema Estadual de
1552 Cultura, afirmando ainda não está funcionando de maneira completamente
1553 eficaz, embora o sistema tenha sido criado em 2006, ele está em processo de
1554 implementação, com 99% de sua estrutura já concluída, mas ainda carecendo
1555 de ajustes para operar plenamente. O sistema demorou quase 8 (oito) anos para
1556 ser desenvolvido, mas somente agora está começando a ser efetivamente
1557 colocado em prática. Um dos pontos importantes do sistema, relacionado aos
1558 museus, ainda precisa ser consolidado. Ele também destacou a relevância de
1559 se discutir esses temas, pois eles são fundamentais para garantir que o sistema
1560 cultural seja efetivamente implementado nos próximos anos. Por fim, falou sobre
1561 a criação de leis específicas e de incentivos voltados para a preservação do
1562 patrimônio histórico, incluindo a restauração e manutenção de prédios
1563 tombados. A criação dessas leis é essencial para garantir o funcionamento e o
1564 financiamento adequado dos programas culturais, a criação de uma lei do
1565 sistema, que inclui a criação de programas voltados para a preservação e o
1566 restauro, que deverá ser um passo importante no processo. **Aline Santana**
1567 informou que EM 2025, O ano do IBRAM, começa em abril e ideia é realizar
1568 várias oficinas formativas para garantir o sucesso do evento e destacou que o
1569 foco será fortalecer o Sistema Estadual. **Rila Arruda** perguntou a Aline Santana
1570 sobre o mapeamento. Ele explicou que, em seu blog, já está disponível o
1571 mapeamento de Manaus, mas ainda falta o mapeamento do interior. A
1572 dificuldade está no acesso a muitos museus sociais localizados em áreas mais
1573 distantes. O Antropólogo Alfredo Wagner, da UEA, que está envolvido com o
1574 projeto **Nova Cartografia Social** da Amazônia poderia ter um mapeamento mais
1575 preciso. Ela também comentou sobre a questão dos museólogos, destacando
1576 que, segundo o Estatuto dos Museus, o ideal seria que todos os museus
1577 tivessem um museólogo, embora essa prática ainda não seja amplamente
1578 aplicada em todo o Brasil. **Aline Santana** concordou com a afirmação de Rila e
1579 destacou que, de fato, essa situação ainda não é uma realidade para todos os
1580 museus. Para a criação do sistema, o mapeamento não exige necessariamente
1581 um museólogo, mas, de acordo com a lei, a presença de um museólogo é
1582 obrigatória para coordenar a elaboração do plano museológico, que deve ser
1583 uma construção coletiva. Para que o museu esteja em conformidade com a
1584 legislação, o secretário de cultura terá que contratar um museólogo em até dois
1585 anos, embora a falta de concursos públicos para essa contratação seja um
1586 obstáculo. Ela observou que esse tema da contratação de museólogos é
1587 frequentemente abordado nas reuniões que participa. **Aline Santana** disse que



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1588 tem que ver se é possível tratar a questão por meio de um processo seletivo ou
1589 por meio de uma contratação direta. Ela expressou dúvida sobre a possibilidade
1590 de realizar um processo seletivo pela AADC ajudaria bastante, o secretário de
1591 cultura já está ciente. Voltou a abordar a questão da universidade, mencionando
1592 que havia conversado com a professora Carolina, coordenadora do curso de
1593 Educação Museal na UEA. Ela sugeriu que talvez a professora pudesse propor
1594 a criação de um curso de especialização na área de Museologia, já que Carolina
1595 havia iniciado o curso de Retratação Museal. No entanto, ainda não houve
1596 retorno da professora sobre essa proposta. **Rila Arruda** esclareceu que a
1597 professora Carolina, embora seja pedagoga e não tenha formação em
1598 Museologia, ingressou na área de museus através da educação. Ela trabalha no
1599 setor de Difusão e atua como educadora museal. Ele mencionou que o curso de
1600 especialização tem vários problemas, e que, ao ser criado, muitos dos
1601 professores do curso eram de áreas diferentes da Museologia, incluindo
1602 Carolina, que é bolsista e coordenadora desse curso. **Aline Santana** confirmou
1603 que o curso conta com professores de áreas completamente distintas da
1604 **Museologia Rila Arruda** relatou que se inscreveu para ser professora mas não
1605 foi selecionada, e apenas Regina foi aprovada para a vaga. **O Conselheiro**
1606 **Vanderley Pinheiro** perguntou sobre o **museu Magüta** localizado em Benjamim
1607 Constant que é o primeiro **museu** genuinamente indígena do Brasil, embora seja
1608 um museu particular, gostaria de entender como ficará a situação dele e como
1609 isso se encaixa na abordagem atual. **Dr. Sérgio Cruz** explicou que há uma
1610 situação de abertura de editais e que o Museu Magüta, será incluído no
1611 levantamento. O museu deve entrar no processo de mapeamento. Além disso,
1612 destacou que será feito um levantamento dos museus. **Rila Arruda** informou que
1613 tem contato com o Salomão, um indígena Tikuna de Tabatinga, que foi seu
1614 aluno. Salomão participa da rede de educadores musicais, a qual conta com 87
1615 membros, sendo que a maioria deles são estudantes da especialização da UEA.
1616 São pessoas interessadas em educação museal. **O Conselheiro Vanderley**
1617 **Pinheiro** levantou a questão sobre a necessidade de garantir que as ações
1618 relacionadas ao Museu Magüta aconteçam. Ele destacou que o museu corre o
1619 risco de perder seu acervo único no estado, que está sob a responsabilidade do
1620 fundador, e que o filho dele não poderá dar continuidade ao trabalho. Expressou
1621 preocupação de que o acervo se perca, uma vez que o espaço já sofre com o
1622 tempo e precisa de reformas urgentes. Ele ressaltou a importância de um olhar
1623 qualificado e capacitado para garantir que o museu seja tratado adequadamente
1624 e que as ações necessárias sejam realizadas de forma correta. **Dr. Sérgio Cruz**
1625 explicou que, dentro das propostas, que tem de ações dentro do Plano Estadual
1626 de Cultura está a criação de um programa de monitoramento dos museus
1627 comunitários e vivos, com o objetivo de melhorar sua estruturação física. Com o
1628 monitoramento, o Estado poderá conhecer melhor a existência desses museus
1629 e, a partir daí planejar ações de apoio. **Rila Arruda** sugeriu que o termo "Museus
1630 Vivos" seja substituído por "Museus Comunitários", "Museus Indígenas",



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1631 "Museus Quilombolas" e "Pontos de Memória" e "Ecomuseus", para refletir mais
1632 precisamente a diversidade desses espaços, que são classificados como
1633 museus sociais. Ressaltou a importância de parcerias, tanto públicas quanto
1634 privadas, para garantir o fortalecimento dessas instituições. Esses museus
1635 precisam de parcerias legais para garantir sua sustentabilidade, especialmente
1636 para que possam enfrentar os desafios financeiros que encontram. Mencionou
1637 ainda que o programa Cultura Viva oferece uma oportunidade para que esses
1638 museus e pontos de memória participem de editais, recebendo apoio. Citou o
1639 exemplo do Amazonas, onde recentemente foi criado um ponto de memória na
1640 área da Praça 14. Esses espaços têm critérios específicos para sua inclusão em
1641 editais, estabelecidos pelo IBRAM, e devem seguir essas orientações. No caso
1642 do programa Cultura Viva, a participação nesses editais pode beneficiar diversos
1643 museus comunitários, indígenas e quilombolas, garantindo seu reconhecimento.
1644 **O Conselheiro Vanderley Pinheiro** questiona qual tem sido a contribuição do
1645 Comitê de Cultura para as instituições responsáveis pelo patrimônio e outras
1646 questões culturais. Ele destaca que, apesar de o comitê ter recebido um aporte
1647 financeiro considerável, até o momento não foram apresentadas ações
1648 concretas. O comitê, segundo ele, tem se limitado a reuniões, sem realizar ações
1649 eficazes em benefício dos trabalhadores da cultura, o que leva à impressão de
1650 que o discurso, embora positivo, não se traduz em resultados práticos. Embora
1651 o discurso seja de alto nível, as ações estão aquém das expectativas. Ele
1652 questiona, então, qual tem sido a atuação do Comitê de Cultura em relação às
1653 entidades responsáveis pelo patrimônio e pelos museus, buscando entender a
1654 efetividade das suas ações. **Rila Arruda** explicou que, em relação ao patrimônio,
1655 o Comitê de Cultura tem realizado algumas ações, como oficinas e atividades
1656 descentralizadas em áreas periféricas, incluindo Benjamin, Tabatinga e Atalaia
1657 do Norte. Essas oficinas têm o objetivo de auxiliar na elaboração de projetos em
1658 locais distantes. Mencionou que acompanhou essas iniciativas e que um ex-
1659 aluno de Tabatinga, que agora faz parte do Comitê, integra o polo de Tabatinga,
1660 ao lado do polo de Manaus. No entanto, ela sugeriu que, para mais detalhes,
1661 seria necessário perguntar diretamente aos membros do Comitê. **Dr. Sérgio**
1662 **Cruz** sugeriu que, para resolver as questões levantadas, os interessados podem
1663 formalizar suas perguntas por meio do Conselho Estadual de Cultura (CONEC),
1664 para que sejam tomadas as devidas providências. No entanto, ele reforçou que
1665 o foco da reunião é o trabalho relacionado ao Plano Estadual de Cultura. Ele
1666 também agradeceu a contribuição dos participantes e questionou se havia mais
1667 pontos a serem discutidos em relação ao que foi levantado pelo conselheiro
1668 Vanderlei, principalmente sobre a proposta de criação de programas de
1669 restauração, reforma e manutenção de prédios tombados pelo patrimônio
1670 histórico, conforme mencionado por Mauro. Propôs incluir um programa de apoio
1671 aos museus, com a criação de um programa de apoio financeiro, especialmente
1672 para os museus indígenas e os pontos de memória, como o caso de Benjamin e
1673 Tabatinga. Para esses museus privados se qualificarem para receber apoio do



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1674 Estado, como ponto de memória, seria necessário que eles mesmos tomassem
1675 a iniciativa, submetendo-se aos editais de seleção pública ou parcerias privadas.
1676 Ele também ressaltou que as iniciativas de apoio devem ser tratadas dentro da
1677 legalidade, com base nas regulamentações e leis pertinentes. O Brasil enfrenta
1678 uma situação difícil em relação ao apoio financeiro a museus privados, citando
1679 um exemplo do fórum nacional de museus, onde foi emitida uma moção de apoio
1680 a esses museus. Ele destacou a importância de garantir ferramentas de
1681 captação de recursos para que a legislação necessária seja implementada no
1682 futuro, com palavras-chave e diretrizes corretas. Por fim, ele mencionou a
1683 importância de criar oficinas, como as realizadas em outros estados, para
1684 promover a continuidade do apoio aos museus e pontos de memória. **O**
1685 **Conselheiro Vanderley Pinheiro** disse que a iniciativa deveria partir, em parte,
1686 da SEC, na sua opinião, é essencial que haja boa vontade para que o processo
1687 ocorra de forma eficaz. Destacou a necessidade de catalogar e convidar as
1688 pessoas para participar, sugerindo que esse convite fosse feito de maneira
1689 individualizada. Ele explicou que, especialmente no interior, muitas pessoas têm
1690 habilidades artísticas, mas não sabem como se organizar ou gerenciar essas
1691 competências, e que, por isso, é fundamental que o poder público ofereça o
1692 devido apoio e orientação, "dando a mão" a essas pessoas para ajudá-las a
1693 desenvolver suas capacidades. **Dr. Sérgio Cruz** explicou que o que estava
1694 sendo discutido era o planejamento, e não a execução imediata das ações. Ele
1695 destacou que a execução só ocorrerá quando as necessidades forem
1696 identificadas, e que o governo do estado ou outras entidades envolvidas terão
1697 que tirar essas ações do papel nos próximos 10 anos. Ele fez um paralelo de
1698 como o processo se desenrolaria ao longo do tempo, mencionando que talvez
1699 no quinto ano fosse possível começar a ver resultados. Ressaltou que as
1700 necessidades identificadas precisam ser planejadas para o futuro, sem focar
1701 ainda na execução. Ele também afirmou que o objetivo deste momento não era
1702 discutir como as ações seriam executadas, mas sim entender o que a sociedade
1703 deseja que seja feito. Em seguida, mencionou uma proposta baseada em uma
1704 intervenção anterior, que envolvia a criação de uma ferramenta de captação de
1705 verbas para museus e pontos de memória. Outras propostas, como a criação de
1706 oficinas sobre PNAB, e sugeriu que fosse criada uma nomenclatura para essas
1707 iniciativas, que poderia ser alterada no futuro, mas que, por ora, serviria para
1708 acompanhar o desenvolvimento das ações. **O Conselheiro Dudson Carvalho**
1709 comentou que, para contribuir de maneira efetiva, não seria adequado tratar o
1710 assunto de forma superficial. Ele sugeriu que fosse necessário criar mais pontos
1711 de informação, de modo que as pessoas tivessem acesso a essas informações
1712 de maneira acessível. Mencionou que, ao realizar uma oficina, o impacto seria
1713 limitado a um público específico durante um dia ou dois, e depois seria preciso
1714 fazer o recolhimento das informações no interior do estado. Ele destacou as
1715 dificuldades enfrentadas pelas pessoas, citando que muitas não conseguiam
1716 visualizar as oportunidades, como no caso da Secretaria de Cultura, onde



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1717 algumas pessoas precisaram enfrentar grandes dificuldades, como sair de canoa
1718 ou pegar uma moto para conseguir chegar às cidades. O estado deveria investir
1719 em pontos de informação nos municípios, com foco na inscrição e na formatação
1720 de editais. Ele sugeriu que isso não teria um custo elevado e que seria possível
1721 instalar, pelo menos, polos municipais para dar suporte à população. O plano
1722 setorial precisa ser tratado como uma meta urgente, destacando que o modelo
1723 atual de oficinas, que era realizado há alguns anos, não funcionava mais.
1724 Afirmou que, embora algumas oficinas ainda ocorram em nível federal, elas já
1725 não atendem às necessidades atuais. Para ele, o investimento deveria ser em
1726 pontos fixos de apoio, permitindo que as pessoas tivessem acesso a informações
1727 e serviços de forma contínua, e não apenas em eventos esporádicos. **Rila**
1728 **Arruda** comentou que, durante a conferência estadual, especialmente na parte
1729 setorial, seria importante que não apenas o nível federal estivesse presente nos
1730 estados, mas que o próprio estado também estivesse mais integrado em seu
1731 território. Ela destacou que, no caso do Amazonas, devido ao seu tamanho
1732 continental, seria ideal que houvesse postos de apoio em cada calha, com
1733 representantes do IPHAN, da Secretaria de Cultura (SEC) e das secretarias
1734 municipais mais próximas de cada região. Além disso, mencionou que, em suas
1735 propostas setoriais, foi solicitado que as fundações e órgãos do Ministério da
1736 Cultura (MinC), como a FUNARTE, a Fundação Casa Rui Barbosa, a Ancine,
1737 entre outros, tivessem um representante em cada estado. Isso permitiria uma
1738 presença mais efetiva e próxima das realidades locais, garantindo que as
1739 necessidades culturais fossem atendidas de maneira mais eficaz e
1740 regionalizada. **Dr. Sérgio Cruz** informou que, como resultado dessa conversa,
1741 serão incluídas oficinas da PNAB, a criação de pontos de apoio e a
1742 disponibilização de informações sobre programas, editais e dados culturais em
1743 polos ou calhas, de forma física, para facilitar o acesso da população. Parte
1744 superior do formulário **O Conselheiro Dudson Carvalho** sugeriu que, se esses
1745 polos forem estabelecidos em cada calha, seria importante que, uma vez por
1746 mês, eles se deslocassem para atender os outros municípios. Ele destacou que
1747 isso seria viável com o apoio do próprio conselho e do pessoal do governo
1748 federal. A ideia seria garantir que houvesse um ponto de referência constante,
1749 evitando que a população ficasse sem suporte ou informações, pois, sem essa
1750 estrutura, as iniciativas poderiam se perder ou não atingir efetivamente as
1751 comunidades. **Bjarne Furtado** questionou aos especialistas presentes sobre a
1752 existência de um fundo específico para museus no sistema brasileiro de Cultura,
1753 especialmente em nível federal, e se seria possível constituir um fundo similar
1754 no estado. Ele sugeriu que isso poderia ser importante para garantir o
1755 financiamento de nichos específicos de atuação cultural, dado que o Amazonas
1756 é um estado de grande dimensão. Ele também mencionou a necessidade de
1757 recursos para viabilizar as ações discutidas, e perguntou se alguém sabia como
1758 estava a situação desse fundo no âmbito nacional. Em resposta, **Rila Arruda**
1759 informou que, no momento, não havia um fundo específico para museus, mas



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1760 destacou que, no Fórum Nacional de Museus, uma das diretrizes do plano
1761 setorial de museus é a criação de um fundo nacional setorial. **Bjarne Furtado**
1762 sugeriu que, apesar da falta de um fundo estadual específico, poderia ser
1763 prevista a criação de um fundo no plano estadual, e perguntou a opinião dos
1764 demais participantes sobre a viabilidade dessa ideia. **Rila Arruda**, perguntou se
1765 o fundo de patrimônio poderia incluir o Museu, Arquivo e Biblioteca no fundo de
1766 patrimônio que foi mencionado anteriormente. **Dr. Sérgio Cruz** explicou que
1767 existe um fundo nacional, criado especificamente para o patrimônio, incluindo
1768 memória, e sugeriu que o estado poderia criar um fundo estadual similar,
1769 vinculado a esse contexto. A função desse fundo seria financiar atividades como
1770 levantamento de inventários, registros e tombamentos, além da manutenção de
1771 museus. Dr. Sérgio enfatizou a importância de criar trilhas diferenciadas para a
1772 distribuição dos recursos, para evitar que tudo fosse misturado em um único
1773 fundo, o que poderia prejudicar a eficácia das ações. Ele também destacou que
1774 o mecanismo de captação de recursos precisa ser aberto e acessível, não
1775 apenas dependente de fontes como emendas parlamentares. A ideia seria
1776 garantir a legalidade e aproveitar a crescente atenção internacional sobre a
1777 Amazônia, que pode trazer mais investimentos, especialmente da parte dos
1778 Estados Unidos. O fundo estadual de cultura poderia ser um meio de garantir o
1779 repasse desses recursos, com a criação de pontos de apoio e de informações
1780 sobre programas e dados culturais, como a proposta de estabelecer polos ou
1781 calhas que atendam diferentes regiões do estado. Ao final da reunião, foi aberto
1782 espaço para mais contribuições dos presentes, mas ninguém se manifestou.
1783 Nada mais havendo, encerrou o 7º encontro com agradecimentos a todos os
1784 conselheiros, delegados e convidados, especialmente àqueles que participaram
1785 de última hora, como Turenko Beça e Mauro Dourado.

SÉRGIO RICARDO MOTA CRUZ

Mediador – 7ª Reunião da Comissão do PEC – II
Etapa

LISTA DE PRESENÇA:

MEMBROS TITULARES/SUPLENTES:

De Forma Presencial:

1. Dudson Campos Carvalho – Titular representante da cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;
2. Roberto Sá Gomes – Titular Representante da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas;



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

De Forma Remota:

1. Bjarne Lima Furtado – Titular representante da Secretaria de Estado de Educação e Desporto;
2. Nivaldo Pereira Mota – Suplente da cadeira de Circo;
3. Marcos André Durand Pereira – Titular representante da cadeira de Dança;
4. Paulo Cesar Marques Holanda – Suplente da Cadeira de Artes Visuais E Novas Mídias;
5. Vanderley Pinheiro – Titular representante da cadeira de Circo;
6. Jordania Damasceno Galdino – Titular Representante da Cadeira de Teatro;

CONVIDADO

De Forma Presencial:

7. Rila Arruda da Costa – Delegada Estadual de Cultura do Amazonas;

De Forma Remota:

8. Marcelo Campos Lucena Dias – Delegado Estadual de Cultura do Amazonas;
9. Marilane Pacheco Rebello Freitas – Delegado Estadual de Cultura do Amazonas;
10. Aline Santana – Diretora de Museus do Palacete Provincial;
11. Luiza Guglielmini – DPH/SEC;
12. Mauro Dourado – IPHAM;
13. Pedro Mansour – DPH/SEC;
14. Turenko Beça – SEC;

EQUIPE DE APOIO DO CONEC:

Elaboração da Ata:

15. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

Transcrição:

16. Mirelly Marques – Estagiária Equipe CONEC;
17. Luan Yano Figueiró Barbosa – Estagiário Equipe CONEC;

Equipe de Apoio Jurídico e Administrativo:

18. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico;
19. Symone Juliana Ribeiro Farias – Assessora Administrativa;
20. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa;

Tecnologia da Informação:

21. Eduardo Farias – Estagiário Equipe CONEC.